



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026.**  
**(Processo Administrativo nº 024/2026)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Santaluz/BA, por meio do(a) Pregoeiro(a) Municipal, sediado na Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO SRP**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos do art. 17, § 2º c/c art. 82 da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/ 2006, do Decreto Municipal nº 68/2023, aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital..

LOCAL - SÍTIO ELETRÔNICO: <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>
INÍCIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS DIA <b>10/02/2026</b>
PROPOSTAS RECEBIDAS ATÉ ÀS <b>08h59min</b> DO DIA <b>26/02/2026</b>
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES ÀS <b>09h00min</b> DO DIA <b>26/02/2026</b>

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTALUZ-BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em **lotes**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**2.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA:**

**3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no sítio: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), por meio de certificado digital.

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica na responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**4.1.1.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**4.1.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.6.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.7.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- 4.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.13. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.14. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.17. O impedimento de que trata o item 4.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.18. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7 e 4.8 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.19. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.20. O disposto nos itens 4.7 e 4.8 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.22. A vedação de que trata o item 4.14 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- 5.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total do item/lote.
- 6.1.2.** Marca.
- 6.1.3.** Fabricante;
- 6.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 6.1.5.** Os licitantes só podem oferecer proposta para a totalidade dos itens licitados.
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 6.6.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.7.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.7.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.8.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.9.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.10.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.11.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.12.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.13.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.14.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**6.15.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos;

**6.15.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

**7.3.1.** Deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.3.2.** Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

**7.3.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.3.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.6.1.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor do lote**.

**7.6.2.** Caso seja atribuído o critério de julgamento de maior desconto, o lance a ser aplicado deverá ser expresso em moeda real, correspondente de maior desconto atribuído na sua proposta, quando for o caso.

**7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

**7.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.12.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.13.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.13.1.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.15.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.16.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.17.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- 7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.22. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido em anexos acompanhados a este Edital.
- 7.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.24. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do **melhor lance** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.26. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.29. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.29.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados, na seguinte ordem:
- 7.29.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 7.29.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.29.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.29.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.29.2. Persistindo o empate, será assegurado preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.29.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.29.2.2. Empresas brasileiras
- 7.29.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.29.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.30. Caso ainda haja persistência no empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.31.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.31.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.31.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.31.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.31.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 8. DA FASE DE JULGAMENTO:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará a proposta classificada em primeiro lugar se atender as condições, referente à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, conforme previsão do art. 14 da lei nº14.133/2021, legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.
- 8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 68/2023.
- 8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1.** contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores **inferiores a 50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após as fases de lances:
- 8.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.13.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de até 02:00 horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.14.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.15.** Serão desclassificadas as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:
- 8.15.1.** contiverem vícios insanáveis;
- 8.15.2.** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 8.15.3.** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 8.15.4.** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 8.15.5.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.15.6.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 8.16.5, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.16.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.17.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.17.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.17.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.18.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- 8.19.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.20.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.20.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.20.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.21.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.22.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.23.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.24.** Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.25.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 8.1, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.2.1.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema da BLL, nos documentos por ele arquivados, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.
- 9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, em sede de diligência, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### 9.8 Habilitação jurídica:

- a) No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, salvo quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar;
- b) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- g) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971. .
- i) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- j) Ou outros meios legítimos de comprovação de existência jurídica da pessoa.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



9.8.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 9.8.2. Participação de Consórcios

9.8.2.1. Tratando-se de fornecimento comum com baixa complexidade, julga-se não haver necessidade de participação de licitante na forma de consórcio.

### 9.8.3 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 9.8.4 Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
  - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
  - É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
  - Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos fornecimentos, objeto desta licitação.
- As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.





#### **9.8.5 Qualificação Técnica:**

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- b.1.) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor
- b.2.) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **9.9. Da subcontratação**

- a) Não será admitida a subcontratação.

#### **9.10 Da garantia da proposta**

- a) Não será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

#### **9.11 Da garantia do contrato**

- a) Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Documentações Complementares:**

- a) Alvará de licença e funcionamento.
- b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.
- c) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.
- e) Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
  2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
  5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
  6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
  7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- ii. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- iii. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- iv. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- v. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- vi. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- vii. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- viii. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- ix. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- x. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- xi. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- xii. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).
- xiii. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

- b. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02:00 horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
  - i. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - ii. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
  - iii. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- c. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- d. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- e. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).
- f. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço por lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- g. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- h. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- i. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### 11. DOS RECURSOS:

- j. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- k. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- l. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- m. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- n. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - i. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - ii. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - iii. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- o. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- p. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- q. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- r. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- s. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- t. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- u. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- a. A sessão pública poderá ser reaberta:
- i. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- ii. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- b. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- i. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- ii. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma do sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- a. Encerrada as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que adjudicará o objeto licitado.
- b. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

- a. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

### 16. DO TERMO DE CONTRATO:

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.
- 16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.
- 15.4.1. A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.
- 16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



**16.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

### **17. DO REAJUSTE:**

**17.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

### **18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**18.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

### **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

### **20. DO PAGAMENTO:**

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

### **21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

**21.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**21.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**21.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**21.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**21.1.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**21.1.5.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**21.1.5.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**21.1.5.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**21.1.5.4.** deixar de apresentar amostra;

**21.1.5.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**21.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**21.1.7.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

**21.1.8.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**21.1.9.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**21.1.10.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**21.1.11.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**21.1.11.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**21.1.11.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**21.1.11.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**21.1.12.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**21.1.13.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**21.1.14.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**21.1.15.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**21.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**21.3.** Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**21.3.1.** advertência;

**21.3.2.** multa;

**21.3.3.** impedimento de licitar e contratar;

**21.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**21.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**21.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**21.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**21.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- 21.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 21.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.5.** A sanção prevista na cláusula 21.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 21.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 21.6.** A sanção prevista na cláusula 21.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 21, deste edital.
- 21.7.** A sanção prevista na cláusula 21.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 21.8.** A sanção prevista na cláusula 21.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 21.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 21.9.** As sanções previstas nas cláusulas 21.3.1, 21.3.3 e 21.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 21.3.2.
- 21.10.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 21.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 21.12.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.
- 21.13.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Termo de Referência.
- 21.15.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 21.16.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 21.17.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 21.18.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 21.19.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 21.20.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

- 22.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação na Lei 14.133 de 2021.
- 22.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licita.santaluz@gmail.com](mailto:licita.santaluz@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações, no endereço Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.
- 22.3.** A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 22.4.** Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 22.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo endereço eletrônico ou pelo e-mail [licita.santaluz@gmail.com](mailto:licita.santaluz@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações, no endereço Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.
- 22.6.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licita.santaluz@gmail.com](mailto:licita.santaluz@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações, no endereço Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.
- 22.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.8.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.9.** A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



**22.10.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**22.10.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

### **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**23.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**23.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.santaluz.ba.gov.br> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**23.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**23.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência.

**23.12.2.** ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço.

**23.12.3.** ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços.

**23.12.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

**23.12.5.** ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

**23.12.6.** ANEXO VI - Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

**23.12.7.** ANEXO VII - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**23.12.8.** ANEXO VIII - Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

**23.12.9.** ANEXO IX - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Santaluz/BA, 10 de fevereiro de 2026.**

\_\_\_\_\_  
**Joílson Garcia da Mota**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**  
**Portaria nº 008/2026 de 02 de janeiro de 2026**

\_\_\_\_\_  
**Marli Nunes Lima**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**Portaria nº 005/2026**



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SRP - LICITAÇÃO**  
**Órgão responsável: Secretaria de Infraestrutura**

## **1. DO OBJETO**

- 1.1. O presente tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para atender as demandas das Secretarias do Município de Santaluz-BA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens/serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal n. 068/2023.
- 1.4. De início, cumpre destacar que o plano de contratações anual se trata de um artefato de caráter **“preferencial” e não “obrigatório”**, conforme o art. 12, inciso VII e art., 18, caput, §1º, II, todos da Lei nº 14.133/2021. A ausência do Plano de Contratação Anual no Município não ocasiona nenhum prejuízo à administração, pois reitera-se que o dispositivo legal o trata como “preferencial” e não obrigatório. Ademais, é necessário ratificar que este Ente sempre pautou e pauta suas contratações públicas em planejamento interno, operacional, e global, realizado por todas as unidades demandantes. Referido planejamento dá base a um calendário das compras públicas municipais, que traz mecanismos de governança e, sobretudo efetividade em prol do interesse público.
- 1.5. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, visto que gera obrigações futuras, vinculado à Ata de Registro de Preços e em conformidade com a legislação pertinente, bem como Decreto Municipal n. 068/2023.
- 1.5.1. Cada órgão participante do Registro de Preços será responsável pela formalização do contrato, conforme minuta estabelecida nos anexos do Edital.
- 1.5.2. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, constante no anexo do edital.
- 1.6. O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 068/2023.

## **2 – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação pretendida consiste na **referência ao estudo técnico preliminar** que caracteriza o interesse público para o fornecimento pretendido, a fim de evidenciar a solução a ser atendido de modo a permitir a avaliação econômica/eficiente da contratação, definido no art. 18, §1º da Lei 14.133/2021. Justifica-se a presente solicitação tendo em vista a necessidade das Secretarias que constará abaixo:

Para atender as necessidades da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** a presente solicitação justifica-se pela necessidade de aquisição de materiais para atender as necessidades de Manutenção e reparos: As instalações e infraestruturas municipais, como prédios administrativos, requerem manutenção periódica e reparos. A aquisição de materiais de construção é necessária para realizar essas atividades, garantindo a segurança, funcionalidade e durabilidade dessas estruturas. Projetos de revitalização: Reabilitação de edifícios antigos, a construção de espaços públicos, a melhoria de calçadas e ciclovias, entre outros.

Resposta a emergências e desastres naturais: para realizar a recuperação e reconstrução das áreas afetadas, restaurando a infraestrutura e ajudando a comunidade a se recuperar. Expansão e desenvolvimento: O crescimento populacional ou o desenvolvimento urbano podem exigir a construção de novas instalações ou a expansão das existentes.

Ressaltamos também que o presente objeto aqui solicitado é essencial para a continuidade dos trabalhos do município, permitindo aos habilitantes desfrutar, plenamente, do espaço que é considerado público, de uso comum e posse de todos os períodos do dia com acessibilidade. O seu quantitativo obedece à utilização de uma margem de segurança dos estoques, para evitar o desabastecimento de materiais considerados essenciais para as atividades administrativas. Portanto, a abertura do procedimento licitatório para aquisição de material de construção se justifica pela necessidade de abastecer os órgãos municipais, de sorte a atender toda a população direta ou indiretamente, visando sempre a salvaguarda do princípio da eficiência e da supremacia do interesse público.

Para atender as necessidades da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** faz-se necessário a aquisição dos produtos supracitados para realização de reparos e reformas nos equipamentos quando se fizer necessário, para proporcionar maior comodidade e conforto aos usuários e funcionários. A presente licitação é justificada pela necessidade de aquisição de material de construção e hidráulico, para quando necessários reparos e reformas de 08 (oito) Equipamentos de espaços físicos existentes na Secretaria Municipal de Assistência Social: CRAS Sede (Centro de Referência da Assistência Social), CRAS Pereira (Centro de Referência de Assistência Social), SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Conselho Tutelar, Mauá, CAL (Centro de Atendimento Ao Luzense) e Secretaria de Assistência Social (bolsa família e setor administrativo). As quantidades foram estimadas com base na demanda dos materiais, considerando-se informações de consumos anteriores.

O município de Santaluz, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, visa à aquisição do objeto acima mencionado, com o objetivo de atender as demandas solicitadas pelas Unidades Educacionais durante o período letivo (região urbana e rural).

É imprescindível para atender as constantes demandas das Unidades de Educação incluindo a Secretaria Municipal de Educação e órgãos a ela vinculados, na obtenção de materiais para o desenvolvimento das atividades de reforma e reparos, haja vista que os materiais se encontram esgotados no estoque, devido ao grande número de demandas de manutenção, como troca de lâmpadas, reparos em paredes, piso, calçadas, muros com rachaduras, etc. A aquisição de material de construção diversificado se faz necessária para utilização nos serviços de manutenção das unidades escolares, recuperação e conservação nas instalações prediais de todas as unidades pertencentes à Secretaria de Educação, garantido assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



Para atender as necessidades da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, com o intuito de manter funcionamento das atividades administrativas internas e atender as demandas do município, vê-se diante da necessidade de Aquisição de material de construção, materiais hidráulicos, ferramentas e equipamentos de modo a suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, uma vez que estes materiais serão utilizados nas manutenção e pequenas reformas, confecções de manilhas, recuperações de rede de esgotos, que serão realizadas pelos próprios funcionários da Secretaria Municipal de Obras.

A aquisição de bens acima elencados atenderá às necessidades das unidades de saúde vinculadas a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. Justifica-se a presente contratação pela necessidade de suprir as unidades de saúde com os materiais e equipamentos de construção necessários ao seu pleno funcionamento através da manutenção predial e adequações dos espaços físicos buscando estar em conformidade com a RDC nº 50 – ANVISA, e demais normas da Vigilância Sanitária. Manter as unidades de saúde salubres e seguras é indispensável para prestação de uma assistência à saúde eficaz. Para definição do quantitativo, foram analisados os históricos dos quantitativos de aquisições anteriores deste Órgão, bem como foi ponderado a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços públicos prestados.

Para atender as necessidades da **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS** justifica-se a presente contratação de empresa especializada em fornecimento de material de construção e material de iluminação pública, a necessidade de garantir a qualidade e a funcionalidade das áreas públicas de maneira segura e eficiente. A obtenção desses materiais é essencial para garantir a qualidade e a funcionalidade dos espaços utilizados pela população, proporcionando ambientes adequados que promovam o bem-estar dos cidadãos.

Esses materiais também serão utilizados em datas festivas para decoração e embelezamento do município, visando torná-lo mais atrativo não apenas para os munícipes, mas também para os visitantes que frequentam a região durante os períodos festivos. Além disso, essa medida demonstra o compromisso de Serviços Públicos em proporcionar um ambiente seguro e de qualidade aos munícipes.

A **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA** de Santaluz desempenha um papel estratégico na gestão dos recursos naturais e no fomento à produção rural, pilares da economia local. A aquisição de materiais de construção (tais como cimento, areia, brita, tijolos, madeiramento, telas e materiais hidráulicos) é indispensável para a manutenção e expansão das infraestruturas que dão suporte a essas atividades. A ausência desses materiais compromete a capacidade da prefeitura em realizar intervenções e correções, resultando na deterioração do patrimônio público e na interrupção de serviços essenciais ao produtor rural e à preservação ambiental. Os materiais solicitados destinam-se ao atendimento das seguintes frentes de trabalho: Manutenção de Viveiros, assim como reparos em canteiros, cisternas de irrigação e estruturas de sombreamento para a produção de mudas destinadas ao reflorestamento e arborização urbana. Infraestrutura Rural e Apoio ao Produtor, por meio de pequenas reformas em mercados municipais de comercialização agrícola, abatedouros e centro de apoio técnico ao agricultor.

Proteção de Mananciais e Áreas de Preservação (APP) que são responsáveis pela construção de cerceamento, muretas de contenção e estruturas para proteção de fontes de água e metais ciliares no território do município. Saneamento Rural e Irrigação, no apoio da construção de bases para caixas d'água, pequenos canais de drenagem e estruturas de suporte para projetos de agricultura familiar e agroecologia.

Portanto, a aquisição é imperativa para que a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura possa cumprir suas obrigações legais e institucionais, garantindo que o desenvolvimento econômico do setor agrícola caminhe junto com a preservação dos ecossistemas locais, promovendo o bem-estar da população Luzense. Justifica-se a utilização do Sistema Registro de Preços, com base no Decreto Municipal 068/2023:

**Art. 111.** É permitida a adoção do Registro de Preços (RP) para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

§ 1º O RP poderá ser adotado quando julgado pertinente pela Administração, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou postos de trabalho, ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, via a compra centralizada; ou.
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

### 3 – ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para definição do quantitativo, foram analisados os históricos dos quantitativos de aquisições anteriores deste Órgão e restaram incorporados nesta contratação em análise, conforme documentos em anexo, bem como foi ponderado a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão do objeto pretendido, conforme documentos em anexo.

**DETALHAMENTO DOS ITENS RELACIONADOS ÀS SECRETARIAS:** O presente justificativo tem por finalidade demonstrar a necessidade e a razoabilidade dos quantitativos previstos no Termo de Referência referente à aquisição de materiais de construção, divididos nos seguintes lotes:

- Lote 01 – Materiais Básicos Construtivos
- Lote 02 – Ferramentas e Equipamentos
- Lote 03 – Materiais Hidráulicos
- Lote 04 – Bens Permanentes
- Lote 05 – Materiais Básicos de Pintura em Geral

#### 1. DA NECESSIDADE





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



As Secretarias são responsáveis pela gestão, recuperação, restauração e conservação dos diversos equipamentos urbanos e rurais, infraestrutura, saneamento básico, manutenção e conservação no município de Santaluz-BA, incluindo prédios públicos, infraestrutura, saneamento básico, logística no fluxo de acessibilidade das estradas e pavimentações, com o objetivo de garantir segurança, eficácia, eficiência e efetividade aos serviços.

### 2. DO QUANTITATIVO LICITADO

Os quantitativos foram estimados com base em critérios técnicos e administrativos, considerando os levantamentos prévios realizados pelas equipes de engenharia e manutenção das Secretarias, que permitiram identificar as condições atuais das edificações, instalações e equipamentos. Também foi analisado o histórico de consumo dos últimos exercícios, utilizado como referência para aferir padrões de utilização, recorrência das demandas e volume médio de serviços executados.

Ademais, levou-se em conta a demanda contínua por serviços de manutenção predial, incluindo pintura, reparos hidráulicos, ajustes diversos e a substituição de ferramentas, materiais e equipamentos necessários à execução das atividades. Considerou-se, ainda, a necessidade de reposição de itens permanentes que se encontram deteriorados, danificados ou obsoletos, bem como a previsão de expansão, conservação, restauração e revitalização das estruturas físicas e dos meios indispensáveis à continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados.

### 3. DA DIVISÃO POR LOTES

**LOTE 01 – MATERIAIS BÁSICOS CONSTRUTIVOS**  
Incluem itens como cimento, areia, brita, tijolos, argamassa, telhas, madeiras e afins. Estes materiais são fundamentais para obras de manutenção estrutural, construção de pequenos anexos, reparos emergenciais e reformas de salas de aula, muros, telhados, pisos, entre outros.

**LOTE 02 – FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS**  
Contemplam ferramentas manuais e elétricas, como furadeiras, lixadeiras, martelos, alicates, chaves de fenda, escadas, carrinhos de mão, entre outros. Esses equipamentos são utilizados pelas equipes de manutenção e infraestrutura da secretaria.

**LOTE 03 – MATERIAIS HIDRÁULICOS**  
Abrangem conexões, tubos, registros, torneiras, caixas d'água, válvulas, entre outros. Esses itens são utilizados para manutenção de banheiros, cozinhas, redes de abastecimento de água e esgoto das escolas, garantindo o pleno funcionamento e as condições sanitárias adequadas.

**LOTE 04 – BENS PERMANENTES**  
Incluem materiais duráveis como bomba periférica, serra circular, parafusadeira, ferramentas de maior porte e outros bens que serão incorporados ao patrimônio da Secretaria, sendo utilizados por longos períodos.

**LOTE 05 – MATERIAIS BÁSICOS DE PINTURA EM GERAL**  
Envolvem tintas, massas, solventes, lixas e acessórios. A pintura das unidades escolares é uma ação constante, seja por manutenção estética, segurança (sinalizações) ou preservação dos ambientes físicos.

### 4. DA ECONOMICIDADE E REGULARIDADE

A licitação em formato de registro de preços permitirá a aquisição dos itens conforme a real demanda, evitando estoques desnecessários e assegurando a economicidade da Administração Pública. Ressalta-se que todos os itens foram devidamente especificados e justificados, conforme as reais necessidades das Secretarias municipais.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, justifica-se o quantitativo licitado como compatível com as necessidades contínuas das Secretarias. Garantindo assim, o pleno uso das faculdades no que diz respeito aos serviços ofertados pelas diversas secretarias que atende a população em suas múltiplas realidades. Proporcionando o interesse público, a continuidade dos serviços dentro da legalidade, eficiência e economicidade na Administração Pública.

#### TABELA GERAL

##### LOTE 01 – MATERIAIS BÁSICOS CONSTRUTIVOS (102 ITENS)

Nº DO ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ABRAÇADEIRA EMAÇO GALVANIZADO, TIPO D, 1 1/2 POLEGADA, CUNHA DE AÇO.	UND	24	R\$ 5,21	R\$ 125,04
02	ABRAÇADEIRA EM AÇO GALVANIZADO, TIPO D, 2 POLEGADAS, CUNHA DE AÇO.	UND	74	R\$ 4,65	R\$ 344,10



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



03	ABRAÇADEIRA EM NYLON, DIMENSÕES 300X4, 8MM ABRAÇADEIRA EM NYLON, DIMENSÕES DE 300X4,8MM	UND	3.024	R\$ 0,46	R\$ 1.391,04
04	ABRAÇADEIRA EM NYLON, DIMENSÕES DE 150X3, 6MM ABRAÇADEIRA EM NYLON, DIMENSÕES DE 150X3,6MM	UND	3.024	R\$ 0,66	R\$ 1.995,84
05	ÁCIDO MURIÁTICO, EM LIQUIDO, SOLUÇÃO AQUOSA IMPURA DE GÁS CLORIDICO (HCL), PARA LIMPEZA EM GERAL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITR, REGISTRO E LAUDO ANALÍTICO DO PRAZO.	UND	86	R\$ 15,36	R\$ 1.320,96
06	ARAME FARPADO DE TORÇÃO ALTERNADAS, ARAME, FARPADO DE TORÇÃO ALTERNADAS, FARPAS CORTANTES REGULARES DE 5 EM 5 POLEGADAS, EM ARAME GALVANIZADO, ALTA RESISTÊNCIA A CORROSÃO, DIÂMETRO 1,60 MM, ROLO COM 500 METROS.	ROL	60	R\$ 714,82	R\$ 42.889,20
07	ARAME LISO GALVANIZADO Nº 16 ARAME LISO GALVANIZADO Nº 16.	Kg	140	R\$ 39,28	R\$ 5.499,20
08	ARAME LISO GALVANIZADO Nº 18 ARAME LISO GALVANIZADO Nº 18.	Kg	230	R\$ 42,33	R\$ 9.735,90
09	ARAME RECOZIDO 18 COM 1KG. ARAME RECOZIDO 18 COM 1KG	Kg	290	R\$ 31,13	R\$ 9.027
10	AREIA CAVADA AREIA CAVADA	m3.	1056	R\$ 108,30	R\$114.364,80
11	BLOCO DE CERÂMICA 8 FUROS BLOCO DE CERÂMICA 8 FUROS, DIMENSÕES 9X19X19 CM, EM CONFORMIDADE COM A NBR VIGENTE.	UND	64.000	R\$ 1,71	R\$ 109.440,00
12	BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COLORIDO, 0,10X0,20X0,06 BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COLORIDO, 0,10X0,20X0,06 - 35MPA	m2.	2.000	R\$ 64,60	R\$ 129.200,00
13	BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COLORIDO, 0,10X0,20X0,08 - 35MPA BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COLORIDO, 0,10X0,20X0,08 - 35MPA	m2.	400	R\$ 70,00	R\$ 28.000,00
14	BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COLORIDO, 0,10X0,20X0,10 - 35MPA BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COLORIDO, 0,10X0,20X0,10 - 35MPA	m2.	400	R\$ 89,48	R\$ 35.792,00
15	BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COR NATURAL, BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COR NATURAL, 0,10X0,20X0,06 - 35MPA	m2.	2.200	R\$ 65,62	R\$ 144.364,00
16	BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COR NATURAL, 0,10X0,20X0,08 BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COR NATURAL, 0,10X0,20X0,08 - 35MPA	m2.	400	R\$ 86,61	R\$ 34.644,00
17	BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COR NATURAL,	m2.	400	R\$ 94,24	R\$ 37.696,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	0,10X0,20X0,10 BLOCO VIBROPRESADO (INTERTRAVADO) COR NATURAL, 0,10X0,20X0,10- 35MPA				
18	BRITA COMUM ¾ BRITA COMUM 3/4	m3.	320	R\$ 172,89	R\$ 55.324,80
19	BUCHA S10 BUCHA DE EXPANSÃO EM PLÁSTICO, PARA PARAFUSO, TAMANHA S10	UND	608	R\$ 0,22	R\$ 133,76
20	BUCHA S12 BUCHA DE EXPANSÃO EM PLÁSTICO, PARA PARAFUSO, TAMANHA S12.	UND	536	R\$ 0,29	R\$ 155,44
21	CADEADO LATÃO CORPO MACIÇO 20MM CADEADO EM LATÃO, CORPO MACIÇO, HASTE EM AÇO TEMPERADO, COM DUAS CHAVES, LARGURA 20MM, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR 15271:2005. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS	UND	54	R\$ 23,83	R\$ 1.286,82
22	CADEADO LATÃO CORPO MACIÇO 25MM CADEADO EM LATÃO, CORPO MACIÇO, HASTE EM AÇO TEMPERADO, COM DUAS CHAVES, LARGURA 25MM, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR 15271:2005. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS	UND	24	R\$ 26,49	R\$ 635,76
23	CADEADO LATÃO CORPO MACIÇO 30MM CADEADO EM LATÃO, CORPO MACIÇO, HASTE EM AÇO TEMPERADO, COM DUAS CHAVES, LARGURA 30MM, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR 15271:2005. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS	UND	60	R\$ 35,59	R\$ 2.135,40
24	CADEADO LATÃO CORPO MACIÇO 35MM CADEADO EM LATÃO, CORPO MACIÇO, HASTE EM AÇO TEMPERADO, COM DUAS CHAVES, LARGURA 35MM, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR 15271:2005. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS	UND	50	R\$ 39,63	R\$ 1.981,50
25	CADEADO LATÃO CORPO MACIÇO 40MM CADEADO EM LATÃO, CORPO MACIÇO, HASTE EM AÇO TEMPERADO, COM DUAS CHAVES, LARGURA 40MM, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR 15271:2005. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS	UND	44	R\$ 42,77	R\$ 1.881,88
26	CIMENTO COMUM CINZA CIMENTO COMUM CINZA, SACO COM 50KG	UND	7.220	R\$ 54,00	R\$ 389.880,00
27	CORDA EM SEDA, DIÂMETRO 10MM COM 11KG BRANCA BELTOOLS, FABRICADO EM POLIPROPILENO - PP, POSSUIR BOA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E TRAÇÃO, MATERIAL 100% VIRGEM CORDA EM SEDA, DIÂMETRO 10MM COM 11KG BRANCA BELTOOLS, FABRICADO EM POLIPROPILENO - PP, POSSUIR BOA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E TRAÇÃO, MATERIAL 100% VIRGEM.	m.	620	R\$ 3,16	R\$ 1.959,20
28	CORDA EM SEDA, DIÂMETRO 8MM COM 11KG BRANCA BELTOOLS, FABRICADO EM POLIPROPILENO - PP, POSSUIR BOA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E TRAÇÃO, MATERIAL 100% VIRGEM CORDA EM SEDA, DIÂMETRO 8MM COM 11KG BRANCA BELTOOLS, FABRICADO EM	m.	900	R\$ 2,21	R\$ 1.989,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	POLIPROPILENO - PP, POSSUIR BOA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E TRAÇÃO, MATERIAL 100% VIRGEM				
29	CORDA SEDA FIRMEZA 5MM COLOR 155M CARRETEL CORDA SEDA FIRMEZA 5MM COLOR 155M CARRETEL	m.	520	R\$ 2,63	R\$ 1.367,60
30	CURVAS PARA ELETRODUTO 1 CURVAS PARA ELETRODUTO 1	UND	152	R\$ 9,50	R\$1.444,00
31	CURVAS PARA ELETRODUTO 1, 1/2 CURVAS PARA ELETRODUTO 1, 1/2	UND	110	R\$ 11,07	R\$ 1.217,70
32	CURVAS PARA ELETRODUTO 3/4 CURVAS PARA ELETRODUTO 3/4	UND	290	R\$ 11,73	R\$ 3.401,70
33	DOBRADIÇA DE LATÃO 3 LARGURA 3 1/2 DOBRADIÇA DE LATÃO POLIDO MEDIA, MEDINDO 3 DE LARGURA E 3 1/2 DE COMPRIMENTO	PARES	98	R\$ 21,68	R\$2.124,64
34	DORNAS DE 200L DORNAS DE 200L	UND	120	R\$ 239,17	R\$ 28.700,40
35	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 1" ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 1"	M.	101	R\$ 24,73	R\$ 2.497,73
36	ELETRODUTO PVC 1 1/2 ELETRODUTO PVC PRETO	UND	110	R\$ 29,30	R\$ 3.223,00
37	EMENDA EM PERFIL "H" EM PVC EMENDA EM PERFIL "H" EM PVC, PARA EMENDAR FORRO DE PVC, DIMENSÕES 2CM(LARGURA) E 6M(COMPRIIMENTO).	UND	216	R\$ 34,69	R\$ 7.493,04
38	EXTENSÃO ELÉTRICA, COM 15 METROS, 10 AMPERES, PARA TENSÃO ENTRE 10 A 250 VCA EXTENSÃO ELÉTRICA, COM 15 METROS, 10 AMPERES, PARA TENSÃO ENTRE 100 E 250 VCA, PLUGUE BIPOLAR COM PINO TERRA PARA CONECTAR EM 04 TOMADAS COM ENCAIXE REBAIXADO, TOMADA MÓVEL BIPOLAR COM CONTATO TERRA COM ENCAIXE REBAIXADO E SUPERFÍCIE PROTETORA. FABRICADO CONFORME AS NORMAS VIGENTES DA ABNT, SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE E LOGOMARCA DO INMETRO NO PRODUTO.	UND	34	R\$ 55,90	R\$ 1.900,60
39	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	UND	136	R\$ 59,92	R\$ 8.149,12
40	FECHADURA DE SOBREPOR EM AÇO PARA PORTA EXTERNA FECHADURA DE SOBREPOR EM AÇO PARA PORTA EXTERNA	UND	66	R\$ 74,10	R\$ 4.890,60
41	FECHADURA EXTERNA DE EMBUTIR TIPO: FECHADURA DE EMBUTIR PARA USO EXTERNO APLICAÇÃO: PORTAS DE ENTRADA DE MADEIRA OU METÁLICA MATERIAL DO MECANISMO: CORPO EM AÇO CARBONO TRATADO COM	UND			





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	ACABAMENTO ANTICORROSIVO MATERIAL DO ACABAMENTO EXTERNO: AÇO INOXIDÁVEL, LATÃO CROMADO, ZAMAC OU ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA (CONFORME MODELO) CILINDRO: TIPO EUROPEU (PERFIL YALE), EM LATÃO MACIÇO, COM PINOS DE SEGURANÇA. CHAVES: ACOMPANHA 2 A 5 CHAVES MULTIPONTOS EM LATÃO NIQUELADO TRINCO: REVERSÍVEL, PERMITINDO INSTALAÇÃO EM PORTAS COM ABERTURA À DIREITA OU À ESQUERDA FECHO: LINGUETA EM AÇO COM TRATAMENTO DE ENDURECIMENTO TÉRMICO PARA MAIOR RESISTÊNCIA COMPATIBILIDADE: PORTAS DE 30MM A 50MM DE ESPESSURA FIXAÇÃO: SISTEMA DE INSTALAÇÃO POR PARAFUSOS OCULTOS (ACOMPANHA PARAFUSOS E CONTRA CHAPA)		66	R\$ 98,63	R\$ 6.509,58
42	FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, TIPO TARGETA, 2 POLEGADAS, COM PARAFUSOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UND	66	R\$ 5,89	R\$ 388,74
43	FERROLHO, EM FERRO CROMADO, FIO REDONDO, FERROLHO, EM FERRO CROMADO, FIO REDONDO, 3 POLEGADAS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UND	66	R\$ 6,23	R\$ 411,18
44	FERROLHO, EM FERRO CROMADO, FIO REDONDO, 4 POLEGADAS FERROLHO, EM FERRO CROMADO, FIO REDONDO, 4 POLEGADAS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UND	66	R\$ 12,85	R\$ 848,10
45	FITA ADESIVA CREPE 19MMX50M FITA ADESIVA CREPE, ROLO 19MM X 50M.	UND	248	R\$ 9,81	R\$ 2.432,88
46	FITA MULTIUSO PARA REPAROS UND. AUTOADESIVA: FÁCIL DE APLICAR, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS; ALTA RESISTÊNCIA À ÁGUA, CALOR E PRESSÃO; VERSÁTIL: PODE SER USADAS EM ENCANAMENTOS, MANGUEIRAS, TELHADOS, VEÍCULOS, ELETRODOMÉSTICOS E MUITO MAIS; VEDAÇÃO IMEDIATA E DURÁVEL; IDEAL PARA USO INTERNO E EXTERNO.	UND	20	R\$ 82,55	R\$ 1.651,00
47	GRAMPO EM AÇO GALVANIZADO DIMENSÕES 7/8 POLEGADAS X 9 BWG PARA USO EM CERCA GRAMPO EM AÇO GALVANIZADO DIMENSÕES 7/8 POLEGADAS X 9 BWG PARA USO EM CERCA	Kg	44	R\$ 27,00	R\$ 1.188,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



48	JANELA DE ALUMÍNIO 1,00 X 1,00 M DIMENSÕES: 1,00 M DE LARGURA X 1,00 M DE ALTURA; ESTRUTURA EM ALUMÍNIO COM ACABAMENTO RESISTENTE À CORROSÃO; LEVE E FÁCIL DE INSTALAR; DISPONÍVEL EM MODELOS COM VIDRO E/OU GRADE (CONFORME VARIAÇÃO); PODE SER ENCONTRADA EM VERSÕES DE CORRER, BASCULANTE OU MAXIM-AR	UND	20	R\$ 362,33	R\$ 7.246,60
49	JANELA DE ALUMÍNIO 1,20 X 1,00 M MEDIDAS: 1,20 M DE LARGURA X 1,00 M DE ALTURA; ESTRUTURA EM ALUMÍNIO RESISTENTE À OXIDAÇÃO E INTEMPÉRIES; LEVE, FÁCIL DE INSTALAR E DE BAIXA MANUTENÇÃO; IDEAL PARA RESIDÊNCIAS, COMÉRCIOS E AMBIENTES CORPORATIVOS; DISPONÍVEL EM MODELOS COM VIDRO E/OU GRADE (CONFORME VARIAÇÃO).	UND	20	R\$ 482,27	R\$ 9.645,40
50	LIXA DE AGUA Nº 100 LIXA DE AGUA Nº 100	UND	460	R\$ 3,19	R\$ 1.467,40
51	LIXA DE AGUA Nº 150 LIXA DE AGUA Nº 150	UND	460	R\$ 4,18	R\$ 1.922,80
52	LIXA PARA FERRO N 100 LIXA PARA FERRO N 100.	UND	160	R\$ 4,11	R\$ 657,60
53	LIXA PARA FERRO Nº 60 LIXA PARA FERRO Nº 60, FOLHA MEDINDO 225X275CM	UND	160	R\$ 3,51	R\$ 561,60
54	LIXA PARA FERRO Nº36 LIXA PARA FERRO Nº36	UND	160	R\$ 3,18	R\$ 508,80
55	LIXA PARA PAREDE Nº 100 225 X 275MM LIXA PARA PAREDE Nº 100, EMBALAGEM FOLHA 225 X 275MM.	UND	560	R\$ 2,91	R\$ 1.629,60
56	LIXA PARA PAREDE Nº 150 225 X 275MM. LIXA PARA PAREDE Nº 150, EMBALAGEM FOLHA 225 X 275MM.	UND	560	R\$ 3,17	R\$ 1.775,20
57	057 LIXA PARA PAREDE Nº 80 225 X 275MM. LIXA PARA PAREDE Nº 80, FOLHA COM 225 X 275MM.	UND	560	R\$ 2,86	R\$ 1.601,60
58	LONA PLÁSTICA 3X100M 200 MICRONS LONA PLÁSTICA, DUPLA FACE, MEDINDO 3X100 METROS COM 200 MICRONS (110K)	m.	202	R\$ 687,45	R\$138.864,90
59	LONA PLÁSTICA 4X100M 200 MICRONS LONA PLÁSTICA, DUPLA FACE, MEDINDO 4X100M, COM 200 MICRONS (110KG)	m.	202	R\$ 806,00	R\$ 162.812,00
60	LONA PLÁSTICA 8X100M 200 MICRONS LONA PLÁSTICA, DUPLA FACE, MEDINDO 8X100 METROS, COM 200 MICRAS (110KG)	m.	202	R\$ 994,32	R\$ 200.852,64
61	LUVAS PARA ELETRODUTO 1 LUVAS PARA ELETRODUTO 1	UND	122	R\$ 2,47	R\$ 301,34
62	LUVAS PARA ELETRODUTO 1 1/2 LUVAS PARA ELETRODUTO 1 1/2	UND	110	R\$ 3,01	R\$ 331,10
63	MANGUEIRA FLEXÍVEL DE PVC ATÓXICA CRISTAL TRANCADA COM FIO POLIÉSTER, DIÂMETRO 1/2" POLEGADAS. MANGUEIRA FLEXÍVEL DE PVC ATÓXICA CRISTAL, TRANCADA COM FIO POLIÉSTER, DIÂMETRO 1/2" POLEGADAS,	m.	208	R\$ 7,58	R\$ 1.576,64



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	COM CERTIFICADO DE ATOXIDADE, COM ESPESSURA DAPAREDE 2.40 MM.				
64	MANGUEIRA PVC SEMIRRÍGIDA PRETA 25MM MANGUEIRA PVC SEMIRRÍGIDA PRETA 25MM	m.	924	R\$ 5,76	R\$ 5.495,04
65	MANILHA DE CONCRETO 400MM MANILHA DE CONCRETO 400MM.	UND	890	R\$ 136,46	R\$ 121.449,40
66	MANILHA DE CONCRETO DE 1000 MMANILHA DE CONCRETO DE 1000 MM	UND	540	R\$ 402,28	R\$ 217.231,20
67	MANILHA DE CONCRETO DE 300MM MANILHA DE CONCRETO DE 300MM	UND	1.250	R\$ 85,23	R\$ 106.537,50
68	MANILHA DE CONCRETO DE 600 MM MANILHA DE CONCRETO DE 600 MM	UND	300	R\$ 177,43	R\$ 53.229,00
69	MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA 15 CM X 10 M MEDIDAS: 15 CM DE LARGURA X 10 M DE COMPRIMENTO; COMPOSIÇÃO: ASFALTO MODIFICADO COM ACABAMENTO ALUMINIZADO; ALTA RESISTÊNCIA A INTEMPÉRIES, RAIOS UV E VARIAÇÕES DE TEMPERATURA; APLICAÇÃO PRÁTICA E RÁPIDA (COM MAÇARICO OU ADESIVO ASFÁLTICO, CONFORME O TIPO); IDEAL PARA ÁREAS EXPOSTAS COMO TELHADOS, CALHAS, RUFOS, DUTOS E EMENDAS DE MANTAS	ROL	20	R\$ 49,51	R\$ 990,20
70	MANTA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE 4 KGPRONTA PARA USO E FÁCIL DE APLICAR (ROLO, BROXA OU TRINCHA); FORMA UMA MEMBRANA ELÁSTICA E IMPERMEÁVEL; EXCELENTE ADERÊNCIA AO CONCRETO, FIBROCIMENTO, ALVENARIA, ENTRE OUTROS; RESISTENTE À AÇÃO DA CHUVA E AO INTEMPERISMO; EMBALAGEM DE 4 KG COM ÓTIMO RENDIMENTO.	Kg	20	R\$ 105,14	R\$ 2.102,80
71	MANTA LÍQUIDA IMPERMEABILIZANTE - 18 KGPRONTA PARA USO, DE FÁCIL APLICAÇÃO COM ROLO, TRINCHA OU VASSOURA DE PELO; FORMA UMA MEMBRANA IMPERMEÁVEL, FLEXÍVEL E RESISTENTE; EXCELENTE ADERÊNCIA EM CONCRETO, ALVENARIA, FIBROCIMENTO E OUTROS SUBSTRATOS; RESISTENTE AOS RAIOS UV, CHUVA E VARIAÇÕES CLIMÁTICAS; PODE SER USADA EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS.	Kg	20	R\$ 310,43	R\$ 6.208,60
72	MASSA ASFALTICA Á FRIO: PRODUZIDA A PARTIR DE ASFALTO MODIFICADO, EMULSÕES ASFÁLTICAS, AGREGADOS MINERAIS LIGANTES ADITIVOS, PRONTO PARA USO EM REPAROS E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS.	m3.	120	R\$ 52,24	R\$ 6.268,80
73	MASSA CORRIDA A BASE DE PVA 18L MASSA CORRIDA A BASE DE PVA. O ITEM DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNT VIGENTES NO QUE DIZ RESPEITO A REQUISITOS, DETERMINAÇÃO DA ABSORÇÃO DE ÁGUA DE MASSA NIVELADORA E	UND	560	R\$ 101,62	R\$ 56.907,20



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	DETERMINAÇÃO RESISTÊNCIA A ABRASÃO DA MASSA. EMBALAGEM: COM 18 LITROS. NA EMBALAGEM DEVEM ESTAR IMPRESSOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NOME DO FABRICANTE, CNPJ, MARCA DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E. PRAZO DE VALIDADE.				
74	MASSA CORRIDA A ÓLEO 900MLMASSA CORRIDA A ÓLEO PARA ACABAMENTO DE MADEIRA. EMBALAGEM: LATA COM 900 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	36	R\$ 36,99	R\$ 1.331,64
75	MASSA CORRIDA ACRÍLICA 18L MASSA CORRIDA ACRÍLICA PARA ACABAMENTO INTERIOR E EXTERIOR. EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS. COM ISO 9001, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	190	R\$ 117,49	R\$ 22.323,10
76	MASSA PLÁSTICA IMPERMEÁVEL PARA VEDAÇÃO 400G MASSA PLÁSTICA IMPERMEÁVEL PARA VEDAÇÃO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400G, AS SEGUINTE INFORMações DEVERÃO SER IMPRESSAS PELO FABRICANTE, DIRETAMENTE SOBRE A EMBALAGEM EM QUE O PRODUTO ESTA ACONDICIONADO: NOME/CNPJ DO FABRICANTE, MARCA DO PRODUTO, ENDEREÇO, QUANTIDADE, COMPOSIÇÃO, PRAZO/DATA DE VALIDADE, BEM COMO SOBRE OS RISCOS QUE APRESENTAM A SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES, NORMAS VIGENTES E REGISTROS NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. NA DATA DE ENTREGA, O PRAZO DE VALIDADE INDICADO NO PRODUTO, NÃO DEVERA TER SIDO ULTRAPASSADO NA SUA METADE, TOMANDO-SE COMO REFERÊNCIA A DATA DE FABRICAÇÃO.	UND	110	R\$ 19,38	R\$ 2.131,80
77	MEIO-FIO EM PEDRA, TIPO GRANITO MEIO-FIO EM PEDRA, TIPO GRANITO 30 CM DE LARGURA COM UM (01) METRO DE COMPRIMENTO.	m.	1.250	R\$ 21,51	R\$ 26.887,50
78	MEIO-FIO PREMOLDADO 10 X 08 X 30 X 80 CM MEIO-FIO PREMOLDADO 10 X 08 X 30 X 80 CM (FCK 15 MPA), 1,25 PEÇAS, SOB BASE DE CONCRETO, AREIA, NO TRAÇO DE 3 MEDIDAS DE AREIA E 1 MEDIDA DE CIMENTO	m.	650	R\$ 39,17	R\$ 25.460,50
79	PARALELEPÍPEDOS TIPO SÓLIDO GRANITO PARALELEPÍPEDOS TIPO SÓLIDO GRANITO, MEDINDO 10CM DE ALTURA, 14CM DE COMPRIMENTO E 10 DE LARGURA	UND	600.000	R\$ 1,31	R\$ 786.000,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



80	PEDRA 3/8 – GRAVILHÃO PEDRA 3/8 - GRAVILHÃO	M3.	570	R\$ 144,65	R\$ 82.450,50
81	PNEU MACIÇO, SEM CÂMARA, FABRICADO EM ETIL, VINIL, ACETATO, RESISTITENTE, CAPACIDADE DE 180 KG. PNEU MACIÇO, SEM CÂMARA, FABRICADO EM ETIL, VINIL, ACETATO, RESISTITENTE, CAPACIDADE DE 180 KG, LEVE, MACIO, NÃO FURA, NÃO VIBRA, SEM MANUTENÇÃO.	UND	80	R\$ 108,34	R\$ 8.667,20
82	PÓ DE PEDRA RL AREIA E BRITA PÓ DE PEDRA RL AREIA E BRITA MALHA 5MM	M3.	1.020	R\$ 148,50	R\$151.470,00
83	PORTA ALMOFADADA 2,10 X 60 CM PORTA ALMOFADADA 2,10 X 60 CM – PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA, MEDINDO 2,10 M DE ALTURA POR 60 CM DE LARGURA, PADRÃO INTERNO	UND	20	R\$ 303,17	R\$ 6.063,40
84	PORTA ALMOFADADA 2,10 X 70 CM PORTA ALMOFADADA 2,10 X 70 CM – PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA, MEDINDO 2,10 M DE ALTURA POR 70 CM DE LARGURA, PADRÃO INTERNO.	UND	20	R\$ 414,14	R\$ 8.282,80
85	PORTA ALMOFADADA 2,10 X 80 CM PORTA ALMOFADADA 2,10 X 80 CM – PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA, MEDINDO 2,10 M DE ALTURA POR 80 CM DE LARGURA, PADRÃO INTERNO.	UND	30	R\$ 589,00	R\$ 17.670,00
86	PORTA DE ALUMÍNIO 2,00 X 60 CM PORTA DE ALUMÍNIO 2,00 X 60 CM – PORTA DE ALUMÍNIO, MEDINDO 2,00 M DE ALTURA POR 60 CM DE LARGURA, COM BATENTE.	UND	20	R\$ 662,19	R\$ 13.243,80
87	PORTA DE ALUMÍNIO 2,00 X 70 CM PORTA DE ALUMÍNIO 2,00 X 70 CM – PORTA DE ALUMÍNIO, MEDINDO 2,00 M DE ALTURA POR 70 CM DE LARGURA, COM BATENTE.	UND	20	R\$ 762,76	R\$ 15.255,20
88	PORTA DE ALUMÍNIO 2,00 X 90 CM PORTA DE ALUMÍNIO 2,00 X 90 CM – PORTA DE ALUMÍNIO, MEDINDO 2,00 M DE ALTURA POR 90 CM DE LARGURA, COM BATENTE.	UND	20	R\$ 782,04	R\$ 15.640,80
89	PORTA SANFONADA EM PVC 2,10X0,70CM PORTA, SANFONADA, DE PVC, COR CINZA, DIMENSOES 2,10 X 0,70 M.	UND	36	R\$ 441,33	R\$ 15.887,88
90	PORTA SEMI-OCA 2,10 X 60 CM PORTA SEMI-OCA 2,10 X 60 CM – PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA, ACABAMENTO LISO, MEDINDO 2,10 M DE ALTURA POR 60 CM DE LARGURA.	UND	30	R\$ 303,44	R\$ 9.103,20
91	PORTA SEMI-OCA 2,10 X 70 CM PORTA SEMI-OCA 2,10 X 70 CM – PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA, ACABAMENTO LISO, MEDINDO 2,10 M DE ALTURA POR 70 CM DE LARGURA.	UND	30	R\$ 425,61	R\$ 12.768,30
92	PORTA SEMI-OCA 2,10 X 80 CM PORTA SEMI-OCA 2,10 X 80 CM – PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA, ACABAMENTO LISO, MEDINDO 2,10 M DE ALTURA POR 80 CM DE LARGURA.	UND	30	R\$ 669,50	R\$ 20.085,00
93	PORTA SEMI-OCA 2,10 X 90 CM PORTA SEMI-OCA 2,10 X 90 CM – PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA, ACABAMENTO LISO,	UND	30	R\$ 724,07	R\$ 21.722,10



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	MEDINDO 2,10 M DE ALTURA POR 90 CM DE LARGURA.				
94	PORTA, DE ALUMÍNIO ANODIZADO, TIPO VENEZIANA, DIMENSÕES 2,10X80CM PORTA, DE ALUMÍNIO ANODIZADO, TIPO VENEZIANA, DIMENSÕES 2,10X80CM.	UND	54	R\$ 868,58	R\$ 46.903,32
95	PREGO COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO 18X27 PREGO, COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO, MEDINDO 18X27.	KG	56	R\$ 27,77	R\$ 1.555,12
96	PREGO COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO 19X33 PREGO COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO 19X33	KG	56	R\$ 29,08	R\$ 1.628,48
97	PREGO COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO 19X36 PREGO COM CABEÇA EM AÇO GALVANIZADO 19X36	KG	56	R\$ 23,67	R\$ 1.325,52
98	PREGO COM CABEÇA EM FERRO 1 1/2 X 15 PREGO COM CABEÇA EM FERRO 1 1/2 X 15 POLEGADAS	KG	66	R\$ 24,84	R\$ 1.639,44
99	PREGO SEM CABEÇA, EM AÇO 12X13 POLEGADAS PREGO, SEM CABEÇA EM AÇO, DIMENSÕES 12X13 POLEGADAS	KG	66	R\$ 23,80	R\$ 1.570,80
100	PRIMER PARA MANTAS ASFÁLTICAS 900 ML VOLUME: 900 ML; MELHORA A ADERÊNCIA DA MANTA ASFÁLTICA À BASE (CONCRETO, ALVENARIA, METAL ETC.); FÁCIL APLICAÇÃO COM BROXA, ROLO OU TRINCHA; SECAGEM RÁPIDA; INDICADO PARA USO EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS.	UND	20	R\$ 48,62	R\$ 972,40
101	RESISTÊNCIA PARA CHUVEIRO MAXI DUCHA 220V, 5.500V RESISTÊNCIA PARA CHUVEIRO LORENZETTI, MAXI DUCHA 220V, 5.500V	UND	300	R\$ 32,04	R\$ 9.612,00
102	TELHA CERÂMICA Nº 1M TIPO: COLONIAL, TELHA CERÂMICA Nº 1 M TIPO: COLONIAL, COR: VERMELHA, DIMENSÕES:16 X 45,8 X 42,6 CM.	UND	34000	R\$ 5,55	R\$188.700,00
	VALOR TOTAL DO LOTE 01:			R\$ 3.867.559,01	
	LOTE 02 – FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS (74 ITENS)				
Nº DO ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
103	ALAVANCA DE FERRO COMPRIMENTO 1,5M ALAVANCA DE FERRO, COMPRIMENTO 1,5M.	UND	6	R\$ 249,10	R\$ 1.494,60
104	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL PROFISSIONAL ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL PROFISSIONAL	UND	6	R\$ 150,65	R\$ 903,90
105	ALICATE DE PRESSÃO, EM AÇO CROMADO 10"ALICATE, DE PRESSÃO, EM AÇO CROMADO, 10 POLEGADAS". EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UND	5	R\$ 57,59	R\$ 287,95
	ALICATE,DE BICO CHATO, LONGO 6"	UND	16		



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



106	ALICATE,DE BICO CHATO, LONGO, EM AÇO CROMO VANÁDIO, 6 POLEGADAS, CABO ERGONÔMICO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.			R\$ 39,70	R\$ 635,20
107	ALICATES UNIVERSAL 8, ISOLAÇÃO 1000 V PARA ELETRICISTA ALICATES UNIVERSAL 8, ISOLAÇÃO 1000 V PARA ELETRICISTA	UND	22	R\$ 40,47	R\$ 890,34
108	ARCO DE SERRA DE 10" A 12" ARCO DE SERRA, REGULAGEM MÍNIMA 10" E MÁXIMA 12", CORPO ESTAMPADO EM AÇO, CABO EM POLIPROPILENO INJETADO.	UND	22	R\$ 56,05	R\$ 1.233,10
109	BALDE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL 32X27CM 12L BALDE PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, EM POLIPROPILENO MEDINDO 32X27CM, CAPACIDADE 12 LITROS, RESISTENTE A 16 QUILOS.	UND	80	R\$ 20,63	R\$ 1.650,40
110	BROCA DE AÇO RÁPIDO 3 MM BROCA DE AÇO RÁPIDO 3 MM	UND	42	R\$ 6,97	R\$ 292,74
111	BROCA DE AÇO RÁPIDO 4 MM BROCA DE AÇO RÁPIDO 4 MM.	UND	62	R\$ 8,83	R\$ 547,46
112	BROCA DE AÇO RÁPIDO 5,2 MM BROCA DE AÇO RÁPIDO 5,2 MM	UND	42	R\$ 12,34	R\$ 518,28
113	BROCA DE MADEIRA 7 MM BROCA DE MADEIRA 7 MM.	UND	62	R\$ 9,02	R\$ 559,24
114	BROCA DE VÍDIA DE 8 MM PARA CONCRETO BROCA DE VÍDIA DE 8 MM PARA CONCRETO.	UND	62	R\$ 9,59	R\$ 594,58
115	BROCA DE VÍDIA, DE 10 MM, PARA CONCRETO BROCA DE VÍDIA, DE 10 MM, PARA CONCRETO.	UND	62	R\$ 20,60	R\$ 1.277,20
116	BROCA DE VÍDIA, DE 12 MM, PARA CONCRETO BROCA DE VÍDIA, DE 12 MM, PARA CONCRETO.	UND	32	R\$ 21,68	R\$ 693,76
117	BROCA, DE AÇO RÁPIDO, 10 MM BROCA, DE AÇO RÁPIDO, 10 MM	UND	42	R\$ 23,58	R\$ 990,36
118	BROCA, EM AÇO PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 10 MM BROCA, EM AÇO PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 10 MM	UND	42	R\$ 18,97	R\$ 796,74
119	BROCA, EM AÇO PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 8 MM BROCA, EM AÇO PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 8 MM.	UND	62	R\$ 13,22	R\$ 819,64
120	BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 3MM BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 3MM	UND	62	R\$ 2,90	R\$ 179,80
121	BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 4 MM BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 4 MM	UND	62	R\$ 4,99	R\$ 303,38
122	BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 5 MM BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 5 MM.	UND	62	R\$ 11,17	R\$ 692,54
123	BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 6 MM BROCA, EM AÇO, PARA FURAÇÃO EM MADEIRA, 6 MM.	UND	62	R\$ 15,17	R\$ 940,54
124	BROCAS PARA PAREDE Nº 10 BROCAS PARA PAREDE Nº 10	UND	54	R\$ 15,02	R\$ 811,08
125	BROCAS PARA PAREDE Nº 6 BROCAS PARA PAREDE Nº 6	UND	54	R\$ 10,86	R\$ 586,44



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



126	BROCAS PARA PAREDE Nº 8 BROCAS PARA PAREDE Nº 8	UND	54	R\$ 12,46	R\$ 672,84
127	BROXA PARA PINTURA TAMANHO 190 X 76MM BROXA PARA PINTURA TAMANHO 190 X 76MM	UND	90	R\$ 19,79	R\$ 1.781,10
128	CAÇAMBA PARA PINTOR CAÇAMBA PARA PINTOR	UND	34	R\$ 31,53	R\$ 1.072,02
129	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE CARRINHO DE MÃO REF. 3.50, ARO 08 CÂMARA DE AR PARA PNEU DE CARRINHO DE MÃO REF. 3.50, ARO 08. EMBALAGEM: COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DA MARCA DO FABRICANTE.	UND	71	R\$ 24,76	R\$ 1.757,96
130	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO CARRINHO DE MÃO REFORÇADO	UND	70	R\$ 437,64	R\$ 30.634,80
131	CAVADEIRA (DUPLO, EM AÇO CARBONO) CAVADEIRA, DUPLO, EM AÇO CARBONO, ARTICULADO, COM CABO EM MADEIRA: - COMPRIMENTO DO CABO: 150 CM	UND	22	R\$ 197,33	R\$ 4.341,26
132	CHAVE DE FENDA 1/4 X 5 POLEGADAS CHAVE DE FENDA, 1/4 X 5 POLEGADAS, HASTE EM AÇO CARBONO TEMPERADO, ACABAMENTO NIQUELADO, CABO INJETADO EM POLIPROPILENO.	UND	26	R\$ 14,35	R\$ 373,10
133	CHAVE DE FENDA 1/4 X 6 POLEGADAS CHAVE DE FENDA, 1/4 X 5 POLEGADAS, HASTE EM AÇO CARBONO TEMPERADO, ACABAMENTO NIQUELADO, CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	UND	26	R\$ 32,14	R\$ 835,64
134	CHAVE DE FENDA 1/4 X 8 POLEGADAS CHAVE, DE FENDA, 1/4 X 8 POLEGADAS, AÇO VANADIUM, HASTE NIQUELADA E CROMADA, CABO POLIPROPILENO, PONTA FOSFATIZADA, CHAVE COM LAMINA REDONDA, RESISTENTE. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UND	26	R\$ 18,96	R\$ 492,96
135	CHAVE DE FENDA 3/16 X 6 POLEGADAS CHAVE DE FENDA 3/16 X 12? EM AÇO VANADIUM, HASTE NIQUELADA E CROMADA, CABO EM POLIPROPILENO AZUL, PONTA FOSFATIZADA, CHAVE COM LÂMINA REDONDA E RESISTENTE.	UND	26	R\$ 15,67	R\$ 407,42
136	CHAVE DE FENDA, 5/16 X 5 POLEGADASCHAVE, DE FENDA, 5/16 X 5 POLEGADAS, HASTE EM AÇO CARBONO TEMPERADO, ACABAMENTO NIQUELADO, CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	UND	26	R\$ 22,93	R\$ 596,18
137	DISCO DE CORTE 110MMX3MMX22MM DISCO DE CORTE, DIÂMETRO DO DISCO 110MM, ESPESSURA DE 3MM, DIÂMETRO DO FURO 22MM PARA CERÂMICA E MÁRMORE	UND	202	R\$ 26,89	R\$ 5.431,78
138	DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA MADEIRA DISCO DE CORTE DIAMANTADO PARA MADEIRA	UND	110	R\$ 30,79	R\$ 3.386,90





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



139	ENXADA EM AÇO 2,5 LIBRAS ENXADA EM AÇO ESPECIAL, BAHIA, VIRADA 2,5 LIBRAS COM CABO.	UND	46	R\$ 77,56	R\$ 3.567,76
140	ESCADA DE ABRIR EM ALUMÍNIO COM 07 DEGRAUS ESCADA DE ABRIR EM ALUMÍNIO, ESTRUTURA E DEGRAUS EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM TRAVA DE SEGURANÇA, COM SAPATAS ANTIDERRAPANTE, COM 07 DEGRAUS.	UND	16	R\$ 289,10	R\$ 4.625,60
141	ESCADA DE ALUMINIO 08 DEGRAUS PRIMA ESCADA DE ALUMINIO 08 DEGRAUS PRIMA	UND	17	R\$ 404,61	R\$ 6.878,37
142	ESPÁTULA DE AÇO Nº 08 ESPÁTULA DE AÇO Nº 08.	UND	46	R\$ 16,86	R\$ 775,56
143	ESPÁTULA DE AÇO Nº 10 ESPÁTULA DE AÇO Nº 10.	UND	46	R\$ 23,31	R\$ 1.072,26
144	ESPÁTULA PROFISSIONAL DE AÇO FORJADO Nº 6, ESPÁTULA PROFISSIONAL DE AÇO FORJADO Nº 6, ESPÁTULA COM TRATAMENTO TEMPERADO E REVENIDO, ACABAMENTO POLIDO, VERNIZ ELETROSTÁTICO, CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA, LARGURA: 6 CM, CÓDIGO DO PRODUTO: 015881 / 2050-6.	UND	46	R\$ 14,24	R\$ 655,04
145	ESTILETE COM LÂMINA CORTE ESTILETE COM LÂMINA CORTE	UND	12	R\$ 12,11	R\$ 145,32
146	FACÃO DE 18 POLEGADAS LÂMINA EM AÇO FACÃO 18 POLEGADAS, LÂMINA EM AÇO CARBONO SAE 1070, SEM BAINHA.	UND	22	R\$ 57,52	R\$ 1.265,44
147	FACÃO DE 20 POLEGADAS LÂMINA EM AÇO CARBONOFACÃO DE 20 POLEGADAS LÂMINA EM AÇO CARBONO SAE 1070, COM BAINHA.	UND	22	R\$ 111,90	R\$ 2.461,80
148	FACÃO, LÂMINA DE CORTE 18 POLEGADAS COM CAPA TIPO BAINHA DE COURO FACÃO, LÂMINA DE CORTE 18 POLEGADAS COM CAPA TIPO BAINHA DE COURO.	UND	22	R\$ 75,13	R\$ 1.652,86
149	FOICE, PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL 91X70 CM FOICE, PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL, FORJADA EM AÇO, FORJADA EM AÇO TEMPERADO, CABO EM MADEIRA COMPRIMENTO MÁXIMO DE 91 CM E MÍNIMO DE 70 CM , PESO MÁXIMO DE 1,8 KG.	UND	12	R\$ 41,74	R\$ 500,88
150	FORMA MANUAL PARA BLOCO DE PISOS INTERTRAVADOS EM DIMENSÕES (20X10X06)CM CONJUNTO PARA 10 UNIDADES. FORMA MANUAL PARA BLOCO MACIÇO EM USO DE PISOS INTERTRAVADOS DE DIMENSÕES (20X10X06)CM CONJUNTO PARA 10 UNIDADES. CONSTRUÍDA EM CHAPA DE AÇO CARBONO 10 (ESPESSURA DE 6MM). FORMA REFORÇADA. DESENVOLVIDO DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR.	UND	2	R\$ 79,34	R\$ 158,68
151	GADANHO COM CABO GADANHO COM CABO	UND	56	R\$ 52,32	R\$ 2.929,92
152	JOGO DE SERRA COPOS PARA MADEIRA JOGO DE SERRA COPOS PARA MADEIRA	UND	190	R\$ 69,55	R\$ 13.214,50



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



153	JOGO DE SERRA COPOS PARA PAREDE	UND	180	R\$ 179,26	R\$ 32.266,80
154	JOGO DE SERRA COPOS PARA PAREDE	UND	170	R\$ 15,96	R\$ 2.713,20
155	LÂMINA DE SERRA LÂMINA DE SERRA	UND	66	R\$ 4,21	R\$ 277,86
156	LÁPIS, PARA CARPINTEIRO, GRAFITE RETANGULAR, COMPRIMENTO 17 CM	UND	36	R\$ 27,91	R\$ 1.004,76
157	LÁPIS, PARA CARPINTEIRO, GRAFITE RETANGULAR, COMPRIMENTO 17 CM.	UND	6	R\$ 86,53	R\$ 519,18
158	LIMA COM CABO 8 POLEGADAS PARA ENXADA K&F LIMA COM CABO 8 POLEGADAS PARA ENXADA K&F	UND	6	R\$ 69,34	R\$ 416,04
159	MACHADO LÂMINA EM AÇO CROMADO 10X15 CM MACHADO LÂMINA EM AÇO CROMADO DE DIMENSÕES 10 CM (LARGURA) X 15 CM (COMPRIMENTO), COM CABO DE MADEIRA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UND	16	R\$ 49,11	R\$ 785,76
160	MARRETA DE BORRACHA MARRETA DE BORRACHA	UND	16	R\$ 36,88	R\$ 590,08
161	MARRETA, EM AÇO CARBONO FORJADO 1KG MARRETA, EM AÇO CARBONO FORJADO, COM CABO, DE 1 KG, DE ACORDO COM A NBR VIGENTES	UND	11	R\$ 53,43	R\$ 587,73
162	MARRETA, EM AÇO CARBONO FORJADO, 500G MARRETA, EM AÇO CARBONO FORJADO, COM CABO, DE 500 G.	UND	11	R\$ 39,05	R\$ 429,55
163	MARTELO (TIPO UNHA, EM AÇO) 27MM MARTELO, TIPO UNHA, EM AÇO, COM 27 MM DE DIÂMETRO PODENDO VARIAR +/- 2%, CABO EM MADEIRA, DE ACORDO COM NBR VIGENTES.	UND	32	R\$ 54,04	R\$ 1.729,28
164	MARTELO COM UNHA 27MM MARTELO COM UNHA 27MM	UND	42	R\$ 60,04	R\$ 2.521,68
165	PÁ DE BICO EM AÇO CARBONO COM CABO DE MADEIRA PÁ DE BICO EM AÇO COM CABO DE MADEIRA, COMPRIMENTO TOTAL: 150,3 CM, PODENDO VARIAR +/- 5% - TAMANHO DO CABO: 120 CM, PODENDO VARIAR +/- 5% - ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UND	69	R\$ 58,92	R\$ 4.065,48
166	PÁ QUADRADA EM AÇO CARBONO COM CABO EM MADEIRA PÁ QUADRADA EM AÇO CARBONO COM CABO DE MADEIRA, COMPRIMENTO TOTAL: 150 CM, PODENDO VARIAR +/- 5% - COM LARGURA DA PONTA DA PÁ: 24,5 CM, PODENDO VARIAR +/- 5% - ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UND	17	R\$ 118,59	R\$ 2.016,03
	PICARETA COM CABO PICARETA COM CABO	UND	17		
	PICARETA, EM AÇO FORJADO 90CM	UND	17		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



167	PICARETA, EM AÇO FORJADO, MODELO ALVIÃO, CABO DE MADEIRA, COMPRIMENTO MÍNIMO 90 CM ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.			R\$ 109,29	R\$ 1.857,93
168	RASTELO COM CABO RASTELO COM CABO	UND	110	R\$ 52,62	R\$ 5.788,20
169	TESOURA PARA PODAGEM TESOURA PARA PODAGEM	UND	29	R\$ 59,77	R\$ 1.733,33
170	TORQUESA ARMADOR 12 PARABONI 20180 TORQUESA ARMADOR 12 PARABONI 20180	UND	41	R\$ 61,44	R\$ 2.519,04
171	TRENA FIBRA DE VIDRO 50M 7GR TRENA FIBRA DE VIDRO CAIXA FECHADA 50 METROS 7GR	UND	12	R\$ 96,77	R\$ 1.161,24
172	TRENA LASER BOSH GLM 40 TRENA LASER BOSH GLM40 ALCANCE 40M COM BOLSA PROTETORA	UND	6	R\$ 466,81	R\$ 2.800,86
173	TRENA METÁLICA COM 10 METROS. TRENA METÁLICA COM 10 METROS	UND	32	R\$ 74,19	R\$ 2.374,08
174	TRENA METALICA COM 05 METROS TRENA, METALICA, COM 05 METROS, CARRETEL FECHADO, COM TRAVA.	UND	44	R\$ 31,79	R\$ 1.398,76
175	TRENA METÁLICA COM 08 METROS TRENA METÁLICA COM 08 METROS, CARRETEL FECHADO COM TRAVA.	UND	44	R\$ 48,80	R\$ 2.147,20
176	VASSOURÃO REFORÇADO DOBRO 60CM GARI PREFEITURA COM GROSSO VASSOURÃO REFORÇADO DOBRO 60CM GARI PREFEITURA COM GROSSO VASSOURÃO REFORÇADO DOBRO 60CM GARI PREFEITURA COM GROSSO	UND	22	R\$ 44,48	R\$ 978,56
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$ 182.069,85	
LOTE 03 – MATERIAIS HIDRÁULICOS (90 ITENS)					
Nº DO ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
177	ADAPTADOR USO REDE HIDRAULICA LR PVC 50MM X 1 ½ ADAPTADOR, USO REDE HIDRÁULICA EM PVC, 50MM X 1 1/2 POLEGADAS, LR, PARA ÁGUA FRIA	UND	50	R\$ 4,06	R\$ 203,00
178	ADAPTADOR USO REDE HIDRAULICA,LR, PVC, 20MM X 1/2" ADAPTADOR USO REDE HIDRAULICA,LR, PVC, 20MM X 1/2". EXTREMIDADE LISA E ROSCÁVEL.	UND	130	R\$ 1,38	R\$ 179,40
179	ADAPTADOR USO REDE HIDRAULICA,LR, PVC, 25MM X 3/4"ADAPTADOR USO REDE HIDRAULICA,LR, PVC, 25MM X 3/4". EXTREMIDADE LISA E ROSCÁVEL.	UND	80	R\$ 1,49	R\$ 119,20
180	ADAPTADOR USO REDE HIDRAULICA,LR, PVC, 32MM X 1"ADAPTADOR USO REDE HIDRAULICA,LR, PVC, 32MM X 1". EXTREMIDADE LISA E ROSCÁVEL.	UND	80	R\$ 1,45	R\$ 116,00
181	ASSENTO SANITÁRIO DE PLÁSTICO, COM ALTA RESISTÊNCIA, NÃO ALMOFADADO, TAMANHO PADRÃO , COR BRANCA. ASSENTO SANITÁRIO EM MATERIAL	UND	160	R\$ 42,30	R\$ 6.768,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, NÃO ALMOFADADO, TAMANHO PADRÃO, NA COR BRANCA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, EM CONFORMIDADE COM NBR VIGENTES.				
182	ASSENTO SANITÁRIO QUADRADO DE PLÁSTICO, COM ALTA RESISTÊNCIA, NÃO ALMOFADADO, TAMANHO PADRÃO, COR. BRANCA. ASSENTO SANITÁRIO QUADRADO EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, NÃO ALMOFADADO, TAMANHO PADRÃO, NA COR BRANCA, EMBALAGEM COM DADOS. DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, EM CONFORMIDADE COM NBR VIGENTES.	UND	60	R\$ 67,60	R\$ 4.056,00
183	BOIA PARA TANQUE DE ÁGUA EM PVC 3/4 POLEGADA BOIA PARA TANQUE DE ÁGUA EM PVC 3/4 POLEGADA	UND	60	R\$ 24,61	R\$1.476,60
184	CAIXA DE ÁGUA 3.000L CAIXA DE ÁGUA EM FIBRA, COM TAMPA, CAPACIDADE DE 3.000 LITROS	UND	46	R\$2.579,73	R\$118.667,58
185	CAIXA DE ÁGUA 5000 LT CAIXA DE ÁGUA 5000 LT	UND	46	R\$3.322,11	R\$152.817,06
186	CAIXA DE ÁGUA EM POLIETILENO DE 500 L COM TAMPA CAIXA DE ÁGUA, EM POLIETILENO, COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE 500 LITROS, DE ACORDO COM NBR VIGENTES.	UND	46	R\$ 821,98	R\$ 37.811,08
187	CAIXA DE ÁGUA, EM POLIETILENO DE 1.000 L COM TAMPA CAIXA DE ÁGUA, EM POLIETILENO, COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS, DE ACORDO COM NBR VIGENTES	UND	34	R\$1.034,28	R\$ 35.165,52
188	CAIXA DE ÁGUA, EM POLIETILENO DE 2.000 L COM TAMPA CAIXA DE ÁGUA, EM POLIETILENO, COM TAMPA, COM CAPACIDADE DE 2.000 LITROS, DE ACORDO COM NBR VIGENTES.	UND	34	R\$1.651,11	R\$ 56.137,74
189	CAIXA DE DESCARGA, TIPO SOBREPOR, EM PLÁSTICO, COM CAPACIDADE DE 9 LITROS. CAIXA DE DESCARGA, TIPO SOBREPOR, EM PLÁSTICO, COM SISTEMA DE DESCARGA TOTAL, CAPACIDADE 09 L, EM CONFORMIDADE COM NBR VIGENTES.	UND	80	R\$ 61,87	R\$ 4.949,60
190	CAIXA SINFONADA 100X100X50MM CAIXA SINFONADA EM PVC, 100X100, SAÍDA 50MM.	UND	80	R\$ 12,92	R\$ 1.033,60
191	CAP USO HIDRÁULICO EM PVC 100MM CAP, USO REDE HIDRAULICA, EM PVC, 100 MM, COM EXTREMIDADE LISA, UTILIZADO PARA VEDAR TUBULACAO DE ÁGUA. ATENDER A(S) NORMA(S) ABNT NBR VIGENTE(S).	UND	120	R\$ 22,60	R\$ 2.712,00
192	CAP USO HIDRÁULICO EM PVC 75MMCAP, USO REDE HIDRAULICA, EM PVC, 75 MM, COM EXTREMIDADE LISA, UTILIZADA PARA VEDAR TUBULACAO DE ÁGUA.	UND	71	R\$ 10,43	R\$ 740,53





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	ATENDER A(S) NORMA(S)ABNT NBR VIGENTE(S).				
193	COLA ADESIVO PLASTICO PARA TUBO 75 G COLA ADESIVO PLASTICO PARA TUBO 75 G	UND	220	R\$ 11,92	R\$ 2.622,40
194	COLA DE SILICONE DE ALTA RESISTÊNCIA 25G COLA DE SILICONE DE ALTA RESISTÊNCIA 25G.	UND	182	R\$ 16,80	R\$ 3.057,60
195	COLA LIQUIDA A BASE DE PVA 1KG COLA, LIQUIDA, A BASE PVA, COR BRANCA. EMBALAGEM COM 01 KG EMBALAGEM COM 01 KG, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	UND	24	R\$ 34,31	R\$ 823,44
196	COLA LIQUIDA A BASE PVA, COR BRANCA, EMBALAGEM COM 500 G. COLA LIQUIDA A BASE PVA, COR BRANCA, EMBALAGEM COM 500 G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	UND	152	R\$ 24,84	R\$ 3.775,68
197	CURVA EM PVC PARA ESGOTO 100MM CURVA EM PVC PARA ESGOTO, 100MM	UND	160	R\$ 25,34	R\$ 4.054,40
198	CURVA EM PVC PARA ESGOTO 50MM CURVA EM PVC PARA ESGOTO 50MM	UND	84	R\$ 14,63	R\$ 1.228,92
199	CURVA EM PVC SOLDÁVEL 150MM PARA REDE DE ESGOTO 90GRAUS	UND	260	R\$ 218,87	R\$ 56.906,20
200	CURVA EM PVC SOLDÁVEL DE 150MM 45 GRAUS PARA REDE DE ESGOTO	UND	260	R\$ 64,16	R\$ 16.681,60
201	ENGATE FLEXÍVEL 1/2 EM PVC 60CM ENGATE EM PVC, FLEXÍVEL, COMPLETO, DIMENSÕES 60CM X 1/2 DE ACORDO COM A NBR VIGENTES	UND	56	R\$ 29,05	R\$ 1.626,80
202	ENGATE FLEXÍVEL 1/2" EM PVC 30CM ENGATE FLEXÍVEL DE 1/2" EM PVC, EXTERMIDADES ROSCÁVEIS, COMPRIMENTO 30CM	UND	220	R\$ 15,35	R\$ 3.377,00
203	ENGATE FLEXÍVEL 1/2" EM PVC 40CM ENGATE FLEXÍVEL DE 1/2" EM PVC, EXTERMIDADES ROSCÁVEIS, COMPRIMENTO 40CM	UND	170	R\$ 22,36	R\$ 3.801,20
204	FITA VEDA ROSCA EM PTFE, DIMENSÕES 18 MM X 25 M. FITA VEDA ROSCA EM PTFE(POLITETRAFLUORETILENO), DIMENSÕES 18 MM X 25 M, CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT VIGENTE O QUE DIZ RESPEITO A DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS. EMBALAGEM: CONTENDO 01(UM) ROLO. NA EMBALAGEM DEVEM ESTAR IMPRESSOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NOME DO FABRICANTE, CNPJ, MARCA DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UND	208	R\$ 10,87	R\$ 2.260,96
205	FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA 20MM FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA DE 20MM	UND	66	R\$ 17,36	R\$ 1.145,76
206	FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA 25MM FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA DE 25MM	UND	86	R\$ 18,97	R\$ 1.631,42
	FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA 32MM				



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



207	FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA DE 32MM	UND	66	R\$ 24,76	R\$ 1.364,16
208	FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA 40MM FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA DE 40MM	UND	66	R\$ 24,82	R\$ 1.638,12
209	FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA 50MM FLANGE DE CAIXA D'ÁGUA DE 50MM	UND	66	R\$ 52,98	R\$ 3.496,88
210	JOELHO 90° PVC RÍGIDO SOLDÁVEL COM ROSCA JOELHO 90° DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, FABRICAÇÃO CONFORME NBR 5648, COM BITOLA DE 20 MM X 1/2, NA COR MARROM, COM ROSCA EM UMA EXTREMIDADE, PARA SER UTILIZADA EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA.	UND	380	R\$ 2,93	R\$ 1.113,40
211	JOELHO EM PVC 90° PARA REDE HIDRÁULICA L/R 20 MM X JOELHO EM PVC, 90° PARA REDE HIDRÁULICA, L/R 20 MM X 1/2". SENDO SOLDÁVEL EM UMA EXTREMIDADE E ROSQUEADA COM LATÃO NA OUTRA.	UND	230	R\$ 5,60	R\$ 1.288,00
212	JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 100MM JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 100MM	UND	230	R\$ 17,73	R\$ 4.077,90
213	JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 150MM JOELHO, USO REDE HIDRÁULICA EM PVC, 90 GRAUS, 150MM, SOLDÁVEL PARA ESGOTO	UND	200	R\$ 39,09	R\$ 7.818,00
214	JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 25X20MM JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 25X20MM	UND	280	R\$ 2,17	R\$ 607,60
215	JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 40MM JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 40MM	UND	290	R\$ 8,20	R\$ 2.378,00
216	216 JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90° 75MM JOELHO, USO REDE HIDRÁULICA EM PVC, 90 GRAUS, 75MM, SOLDÁVEL PARA ESGOTO	UND	200	R\$ 8,80	R\$ 1.760,00
217	JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90°, 50MM JOELHO USO REDE HIDRÁULICO EM PVC 90°, 50MM	UND	290	R\$ 9,46	R\$ 2.743,40
218	JUNÇÃO SIMPLES Y EM PVC 150MM X 150MM 45 GRAUS, SÉRIENORMAL, PARA REDE DE ESGOTO COM JUNTA PLÁSTICA	UND	250	R\$ 104,43	R\$ 26.107,50
219	JUNÇÃO SIMPLES Y EM PVC 150MM X 150MM 90 GRAUS, PARA REDE DE ESGOTO, SÉRIE NORMAL JUNTA ELÁSTICA	UND	240	R\$ 105,00	R\$ 25.200,00
220	KIT PARA BANHEIRO COM 5 PEÇAS EM CISTAL KIT PARA BANHEIRO COM 5 PEÇAS EM CISTAL	UND	33	R\$ 49,32	R\$ 1.627,56
221	LAVATÓRIO DE LOUÇA NA COR BRANCA 530X440X800 LAVATÓRIO DE LOUÇA, NA COR BRANCA, TIPO LAVATÓRIO COM COLUNA, NO FORMATO OVALADO COM DIMENSÕES (530X440X800)MM, PARA INSTALAÇÃO DE 01 TORNEIRA	UND	46	R\$ 208,60	R\$ 9.595,60
222	LUVAS SIMPLES DE ESGOTO DE 100MM LUVAS SIMPLES DE ESGOTO DE 100MM	UND	152	R\$ 16,01	R\$ 2.433,52
223	LUVAS SIMPLES EM PVC SOLDÁVEL PARA REDE DE ESGOTO, DIMENSÕES 150MM LUVAS SIMPLES EM PVC SOLDÁVEL PARA REDE DE ESGOTO, DIMENSÕES 150MM	UND	260	R\$ 34,88	R\$ 9.068,80



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



224	PIA EM AÇO INOX 1,40MX0,60CM PIA EM AÇO INOX, COM UMA CUBA, DIMENSÃO 1,40M X 0,60CM	UND	34	R\$ 371,11	R\$ 12.617,74
225	PIA EM AÇO INOX 1,60M X 0,60CM PIA EM AÇO INOX, COM UMA CUBA, DIMENSÃO 1,60M X 0,60CM	UND	34	R\$ 472,39	R\$ 16.061,26
226	PIA, EM AÇO INOX, COM DUAS CUBAS PIA, EM AÇO INOX, COM DUAS CUBAS, DIMENSÃO 1,60 M X 0,60 CM.	UND	22	R\$ 974,94	R\$ 21.448,68
227	REDUÇÃO EM PVC 150X100 REDUÇÃO EM PVC DE 150X100	UND	80	R\$ 28,22	R\$ 2.257,60
228	REDUÇÃO EM PVC 75X50 REDUÇÃO EM PVC 75X50	UND	80	R\$ 18,23	R\$ 1.458,40
229	REDUÇÃO EM PVC DE 100X75 REDUÇÃO EM PVC DE 100X75	UND	80	R\$ 25,33	R\$ 2.026,40
230	REGISTRO DE ESFERA EM PVC, SOLDÁVEL, 20 MM. REGISTRO DE ESFERA EM PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, COM EMBOLO DE VEDAÇÃO ESFÉRICO, PARA USO EM REDE HIDRÁULICA.	UND	220	R\$ 19,12	R\$ 4.206,40
231	REGISTRO DE ESFERA EM PVC, SOLDÁVEL, 25 MM. REGISTRO DE ESFERA EM PVC, SOLDÁVEL, 25 MM, COM EMBOLO DE VEDAÇÃO ESFÉRICO, PARA USO EM REDE HIDRÁULICA.	UND	170	R\$ 23,63	R\$ 4.017,10
232	REGISTRO DE ESFERA EM PVC, SOLDÁVEL, 50 MM. REGISTRO DE ESFERA EM PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, COM EMBOLO DE VEDAÇÃO ESFÉRICO, PARA USO EM REDE HIDRÁULICA	UND	66	R\$ 37,76	R\$ 2.492,16
233	REGISTRO DE GAVETA , EM BRONZE, HIDRÁULICO, ½ POLEGADAS REGISTRO DE GAVETA , EM BRONZE, HIDRÁULICO, 1/2 POLEGADAS	UND	54	R\$ 72,64	R\$3.922,56
234	REGISTRO DE GAVETA , EM BRONZE, HIDRÁULICO, ¾ POLEGADAS REGISTRO DE GAVETA, EM BRONZE, HIDRÁULICO, 3/4 POLEGADAS	UND	54	R\$ 67,04	R\$ 3.620,16
235	SIFÃO SANFONADO DE PVC UNIVERSAL. SIFÃO SANFONADO DE PVC, UNIVERSAL, CONJUNTO COMPOSTO DE 02 ANÉIS DE PLÁSTICO, COM 1 ADAPTADOR DE ENTRADA PARA 1 POLEGADA, 1 1/4" POLEGADA E DE 1 1/2" POLEGADA E 01 SIFÃO COM SAÍDA DE 40 MM X 50 MM.	UND	424	R\$ 25,78	R\$ 10.930,72
236	TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 100MM TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 100MM	UND	230	R\$ 24,71	R\$ 5.683,30
237	TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 20MM TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 20MM	UND	280	R\$ 4,30	R\$1.204,00
238	TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 25MM TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 25MM	UND	230	R\$ 4,41	R\$ 1.014,30
239	TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 40MM TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 40MM	UND	210	R\$ 5,03	R\$ 1.056,30
240	TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 50MM TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 50MM	UND	210	R\$ 11,44	R\$ 2.402,40
241	TE USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 75MM TE, USO REDE HIDRÁULICA EM PVC, 75MM, SOLDÁVEL PARA ESGOTO	UND	230	R\$ 22,97	R\$ 5.283,10



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



242	TORNEIRA EM METAL CROMADO 1/2 POLEGADA CURTA TORNEIRA EM METAL CROMADO 1/2 POLEGADA CURTA	UND	84	R\$ 65,19	R\$ 5.475,96
243	TORNEIRA EM METAL CROMADO 1/2 POLEGADA BICA ALTA DE MESA TORNEIRA EM METAL CROMADO 1/2 POLEGADA BICA ALTA DE MESA	UND	90	R\$ 67,35	R\$ 6.061,50
244	TORNEIRA EM PVC DE 1/2 POLEGADA BICA BAIXA P/ LAVATÓRIO TORNEIRA EM PVC DE 1/2 POLEGADA BICA BAIXA P/ LAVATÓRIO	UND	110	R\$ 22,03	R\$ 2.423,30
245	TUBO EM PVC DE LIGAÇÃO DE SOBREPOR P/ DESCARGA TUBO EM PVC DE LIGAÇÃO DE SOBREPOR P/ DESCARGA	UND	60	R\$ 25,93	R\$ 1.555,80
246	TUBO EM PVC RÍGIDO DIMENSÕES 200 MM TUBO EM PVC RÍGIDO DIMENSÕES 200 M, FABRICAÇÃO CONFORME NBR 5688-77, COM JUNTAS SOLDÁVEIS, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADO EM INSTALAÇÕES DE ESGOTO	UND	65	R\$ 334,33	R\$ 21.731,45
247	TUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO 150MM TUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO 150MM	UND	250	R\$ 310,52	R\$ 77.630,00
248	TUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO 50MM X 6 MT, COM JUNTAS SOLDÁVEIS TUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO 50MM X 6 MT, COM JUNTAS SOLDÁVEIS	UND	114	R\$ 99,92	R\$ 11.390,88
249	TUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO 75MM X 6 MT TUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO 75MM X 6 MT	UND	210	R\$ 179,58	R\$ 37.711,80
250	TUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO DE 100 MMTUBO EM PVC RÍGIDO P/ ESGOTO	UND	530	R\$ 218,92	R\$ 116.027,60
251	TUBO PEAD CORRUGADO DUPLA PAREDE 400MMTUBO PEAD CORRUGADO DUPLA PAREDE 400MM PEÇA COM 6 METROS	UND	150	R\$2.201,94	R\$330.291,00
252	TUBO PEAD CORRUGADO DUPLA PAREDE 450MM TUBO PEAD CORRUGADO DUPLA PAREDE 450MM PEÇA COM 6 METROS	UND	100	R\$2.274,72	R\$257.472,00
253	TUBO PEAD CORRUGADO DUPLA PAREDE 600MM TUBO PEAD CORRUGADO DUPLA PAREDE 600MM COM PEÇAS DE 6 METROS	UND	30	R\$3.694,46	R\$110.833,80
254	TUBO USO EM REDE HIDRÁULICA EM PVC 40MMX6M L TUBO USO EM REDE HIDRÁULICA, EM PVC, SOLDÁVEL NBR 5648. 40MM X6M, PARA ÁGUA.	UND	62	R\$ 53,90	R\$ 3.341,80
255	TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 20MM X6 MT TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 20MM X6 MT	UND	424	R\$ 41,49	R\$ 17.591,76
256	TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 25MM X6 MT TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 25MM X6 MT	UND	424	R\$ 53,83	R\$ 22.823,92
257	TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 32MM X6 MT TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 32MM X6 MT	UND	36	R\$ 70,36	R\$ 2.532,96
258	TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 50MM X6 MT TUBO USO REDE HIDRÁULICA EM PVC 50MM X6 MT	UND	68	R\$ 95,68	R\$ 6.506,24
	UNIÃO 150MM EM PVC SOLDÁVEL	UND	250		





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



259	UNIÃO 150MM EM PVC SOLDÁVEL PARA REDE DE ESGOTO VARA DE 6M A UNIDADE			R\$ 49,37	R\$ 12.342,50
260	UNIÃO 20MM UNIÃO 20MM	UND	66	R\$ 13,51	R\$ 891,66
261	UNIÃO 25MM UNIÃO 25MM	UND	56	R\$ 16,35	R\$ 915,60
262	UNIÃO 32MM UNIÃO 32MM	UND	56	R\$ 21,67	R\$ 1.213,52
263	UNIÃO 40MM UNIÃO 40MM	UND	56	R\$ 30,28	R\$ 1.695,68
264	UNIÃO 50MMUNIÃO 50MM	UND	66	R\$ 30,68	R\$ 2.024,88
265	VÁLVULA PARA PIA AMERICANA EM AÇO FORJADO SAÍDA DE 1 ½ VÁLVULA PARA PIA AMERICANA EM AÇO FORJADO SAÍDA DE 1 ½	UND	140	R\$ 19,76	R\$ 2.766,40
266	VASO SANITÁRIO BRANCO VASO SANITÁRIO EM LOUCA, PADRAO, BRANCO.	UND	66	R\$ 370,35	R\$ 24.443,10
	VALOR TOTAL DO LOTE 03:			R\$ 1.807.662,42	
	LOTE 04 – BENS PERMANENTES (15 ITENS)				
267	A PARAFUSADEIRA E FURADEIRA DE IMPACTO 18V - 150C + BATERIA +CARREGADOR + MALETA E JOGO DE BROCAS E ACESSÓRIOS PARAFUSADEIRA E FURADEIRA DE IMPACTO 18V-150 C MOTOR BITURBO TORQUE MÁXIMO DE 150 NM OFERECENDO PERFORMANCE EXTREMA PARA AS APLICAÇÕES MAIS INTENSAS. POSSUIR FUNÇÃO DE DETECÇÃO ELETRÔNICA DE ÂNGULO, IDEAL PARA MAIOR PRECISÃO NO TRABALHO COM PARAFUSOS LONGOS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE DESATIVAR O KICKBACK CONTROL PARA OBTER MÁXIMA POTÊNCIA TRABALHANDO COM METAL. DEVE ACOMPANHAR MANDRIL DE METAL, CAIXA DE ENGRENAGENS REFORÇADA E PROTEÇÃO ELETRÔNICA DA BATERIA E DO MOTOR E BATERIA + CARREGADORE 18V DA MESMA MARCA.	KITS	15	R\$ 455,86	R\$ 6.837,90
268	BETONEIRA 500 LITROS MONOFÁSICO 3CV 4P COM KIT DE SEGURANÇA:MOTOR: 3.0CV IP21 4 POLOS 220V; VOLUME TOTAL: ATÉ 600 L; CAPACIDADE DE MISTURA: DE 350 A 550 L; RENDIMENTO FINAL MISTURA:ATÉ 550 L; CICLOS/HORA: 15 CICLOS/HORA; PRODUÇÃO HORÁRIA: 5,85 M3/H; ROTAÇÃO DO TAMBOR: 30 RPM - 60 HZ; CORREIA: EM "V" ; RODAS: MACIÇA 58MM; PROTEÇÃO DE CREMALHEIRA: POLIPROPILENO; PROTEÇÃO ELÉTRICA E GARANTIA.	UND	2	R\$6.743,26	R\$ 13.486,52
269	BOMBA PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO MONOFÁSICO 1/2CV BOMBA	UND	80	R\$ 260,00	R\$ 20.800,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO MONOFÁSICO 1/2CV				
270	BOMBA PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO MONOFÁSICO 1CV BOMBA PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO MONOFÁSICO 1CV	UND	24	R\$ 400,31	R\$ 9.607,44
271	BOMBA PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 3CV,380V BOMBA PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 3CV, 380V	UND	17	R\$1.927,17	R\$ 32.761,89
272	BOMBA PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 5CV, 380V BOMBA PERIFÉRICA COM MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 3VC, 380V	UND	3	R\$5.352,54	R\$ 16.057,62
273	BOMBA SUBMERSA VIBRATÓRIA SAPO 1/2CV 220W BOMBA SUBMERSA VIBRATÓRIA SAPO 1/2CV 220W	UND	34	R\$491,65	R\$16.716,10
274	FURADEIRA 750W COM MARTELO FURADEIRA 750W COM MARTELO.	UND	3	R\$ 629,33	R\$ 1.887,99
275	FURADEIRA, TIPO DE IMPACTO 500W FURADEIRA, TIPO DE IMPACTO, COM MANDRIL DE 3/8" E POTENCIA DE 500 WATTS, ROTAÇÃO DE 2.500 A 3.000 RPM, NA VOLTAGEM DE 220 V.	UND	17	R\$ 301,63	R\$ 5.127,71
276	LIXADEIRA PROFISSIONAL DE DISCO LIXADEIRA PROFISSIONAL DE DISCO DEWALT DWE493PWB2 AMARELA 2200W 220V, POTÊNCIA: 2200 W, VELOCIDADE MÍNIMA DE ROTAÇÃO: 5500 RPM, TIPOS DE LIXADEIRA: DE DISCO, DIÂMETRO DA PLACA LIXADORA: 180 MM, PESO: 4.2 KG COM ADAPTADOR PARA EXTRATOR DE PÓ: SIM, COM INTERRUPTOR SELADO A PÓ: SIM, É SEM FIO: NÃO, INCLUI BATERIA: NÃO COM VELCRO: SIM, É PROFISSIONAL: SIM, ACESSÓRIOS, INCLUÍDOS: 1 BASE, 2 PINÇAS, 1 GUIA DE CORTE, 1 GUIA PARALELA, 1 CHAVE FIXA	UND	3	R\$ 990,70	R\$ 2.972,10
277	MARTELO DEMOLIDOR 220V 1750W: MARTELO DEMOLIDOR 220V 1750W, SEM ESCOVAS DE CARVÃO. DISPOSITIVO QUE PERMITE OPERAÇÃO SEM FAÍSCAS. COM CAPACIDADE SUFICIENTE PARA DEMOLIÇÃO EM CONCRETO COM DESEMPENHO DE FRENAGEM COM 28J DE FORÇA DE IMPACTO E VELOCIDADE DE ATÉ 1900 BPM, PARA UM ÓTIMO DESEMPENHO DE FRENAGEM. ACOMPANHA: 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES, 1 PUNHO AUXILIAR, 1 MALETA DE TRANSPORTE, 1 TUBO DE GRAXA, 1 PANO, 1 PONTEIRO, MANUAL E GARANTIA.	KITS	3	R\$7.558,00	R\$ 22.674,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



278	MOTOCOMPRESSOR DE AR DIRETO 1/2HP BIVOLT MOTOCOMPRESSOR DE AR DIRETO 1/2 HP BIVOLT COM KIT PARA PINTURA, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE AR:2,3 PCM, POTÊNCIA DO MOTOR: 1/2CV (HP), PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 40 LBF/POL <sup>2</sup> , TENSÃO 110/220V COM CHAVE SELETORA, ROTAÇÃO: 2.750ROM	UND	4	R\$ 794,44	R\$ 3.177,76
279	PARAFUSADEIRA FURADEIRA DE IMPACTO 1/2" A BATERIA 18V-50, 18V +BATERIAS+ CARREGADOR: PARAFUSADEIRA E FURADEIRA DE IMPACTO COM MOTOR SEM ESCOVAS DE CARVÃO. CONTENDO MANDRIL METÁLICO DE APERTO RÁPIDO, ROBUSTO E RESISTENTE, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 13MM, COM TORQUE MINIMO PARA TRABALHOS PESADOS É 50NM E, PARA TRABALHOS LEVES, DE 20NM. GATILHO ELETRÔNICO COM VELOCIDADE VARIÁVEL E REVERSÍVEL, SENDO DUAS AS VELOCIDADES: 0 – 460 RPM / 1800 RPM, DIÂMETRO DE PERFURAÇÃO EM MADEIRA É DE 35MM E DE 13MM EM AÇO E ALVENARIA. CONJUNTO CONTENDO MALETA, KIT DE BROCAS, BATERIAS, CARREGADOR, MANUAL E GARANTIA.	UND	2	R\$ 871,84	R\$ 1.743,68
280	PLACA VIBRATÓRIA COMPACTADORA GASOLINA 4T: MOTO GOSOLINA 4T, ENTRE 6 A 7 HP, 120 A 170CC. FORÇA CENTRIFUGA ENTRE 10,5 A 12,5 KN; PESO MINIMO 55KG E MÁXIMO 80KG; PLACA VIBRATÓRIA MINIMA DE 50 CM DE COMPRIMENTO E 36CM DE LARGURA. MANUAL DE INSTRUÇÃO E GARANTIA.	UND	3	R\$7.721,12	R\$ 23.163,36
281	SERRA CIRCULAR A BATERIA 18V + MALETA + BATERIA + CARREGADOR: CAPACIDADE DE CORTE DE 57MM EM 0° E 42 MM EM 45°; VELOCIDADE DE CORTE, ATINGINDO 71MM POR SEGUNDO; DISCO NO LADO DIREITO; CONTENDO MALETA, BATERIA E CARREGADOR DO MESMO FABRICANTE	KITS	4	R\$ 806,00	R\$ 3.224,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04:				R\$ 180.238,07	
LOTE 05 – MATERIAIS BÁSICOS DE PINTURA EM GERAL (23 ITENS)					
Nº DO ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
282	AGUARRÁS (COMP. SOLVENTE A BASE DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO) AGUARRÁS MINERAL,(COMP. SOLVENTE A BASE DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO), PARA SER UTILIZADO COMO SOLVENTE PARA TINTAS. EMBALAGEM	UND	36	R\$ 35,78	R\$1.288,08



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



	DE 900ML, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.				
283	AGUARRÁS (COMPOSTO SOLVENTE A BASE DEHIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO) AGUARRÁS COMPOSTO SOLVENTE A BASE DE HIDROCARBONETOS DE PETRÓLEO, PARA SER UTILIZADO COMO SOLVENTE PARA TINTAS, EMBALADO EM LATA DE 900 ML	UND	110	R\$ 20,78	R\$ 2.285,80
284	BROXA PARA PINTURA TAMANHO 190 X 76MM BROXA PARA PINTURA TAMANHO 190 X 76MM	UND	20	R\$ 9,07	R\$ 181,40
285	CAL BRANCO PINTURA CAL BRANCO PINTUR	UND	510	R\$ 22,16	R\$11.301,60
286	EMENDA EM PERFIL "H" EM PVC EMENDA EM PERFIL "H" EM PVC, PARA EMENDAR FORRO DE PVC, DIMENSÕES 2CM(LARGURA) E 6M(COMPRIIMENTO).	UND	100	R\$ 34,69	R\$ 3.469,00
287	FORRO PVC (MEDINDO: 6M DE COMPRIMENTO, 20 LARGURA) FORRO PVC (POLICLORETO DE VINIL OU CLORETO DE VINILA) (MEDINDO: 6M DE COMPRIMENTO, 20 LARGURA)	m.	836	R\$ 27,67	R\$ 23.132,12
288	FUNDO ISOLANTE PARA PINTURA FUNDO ISOLANTE PARA PINTURA	UND	66	R\$ 96,67	R\$ 6.380,22
289	PINCEL COM CERDAS DE NYLON Nº 5 PINCEL COM CERDAS DE NYLON, BASE ACHATADA Nº 5	UND	140	R\$ 16,13	R\$ 2.258,20
290	PINCEL COM CERDAS DE NYLON, BASE ARREDONDADA Nº2 PINCEL COM CERDAS DE NYLON, BASE ARREDONDADA Nº2	UND	78	R\$ 1,74	R\$ 135,72
291	PINCEL COM CERDAS, NYLON Nº 3 PINCEL COM CERDAS DE NYLON, BASE ARREDONDADA, Nº 03	UND	140	R\$ 14,88	R\$ 2.083,20
292	PINCEL COM CERDAS, NYLON Nº 4 PINCEL COM CERDAS DE NYLON, BASE ACHATADA Nº 4	UND	158	R\$ 14,40	R\$ 2.275,20
293	PISTOLA DE PINTURA DE AR DIRETO 1000ML PISTOLA DE PINTURA DE AR DIRETO 1000ML, COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO, FERRO, AÇO INOXIDÁVEL E PLÁSTICO. -BICO: 1.3MM.-CAPACIDADE DO COPO: 1000ML. - PRESSÃO DE TRABALHO: 50PSI. -ABERTURA DO LEQUE: 170MM. -ENTRADA DE AR: 1/4". - FLUXO CONTÍNUO DE AR. -ALIMENTAÇÃO POR PRESSÃO. -PRESSÃO DE ARREQUERIDA: 2CFM EM 30PSI.- ENTRADA DE AR UNIVERSAL: 1/4" 6,3MM NPS. -COMPRESSOR MÍNIMO REQUERIDO: 1/3HP.	UND	2	R\$164,35	R\$ 328,70
294	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA COM 23 CM ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA COM 23 CM	UND	112	R\$ 16,37	R\$ 1.833,44
295	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA COM 5 CM ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA COM 5 CM	UND	138	R\$ 6,87	R\$ 948,06



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



296	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA COM 9 CM ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA COM 9 CM	UND	138	R\$ 10,00	R\$ 1.380,00
297	ROLO PARA PINTURA EM LÃ DE CARNEIRO COM 15 CMROLO PARA PINTURA EM LÃ DE CARNEIRO COM 15 CM	UND	128	R\$ 16,37	R\$ 2.095,36
298	ROLO PARA PINTURA EM LÃ DE CARNEIRO COM 23 CMROLO PARA PINTURA EM LÃ DE CARNEIRO COM 23 CM	UND	122	R\$ 24,20	R\$ 2.952,40
299	TINTA A BASE DE ÁGUA TINTA A BASE DE ÁGUA	UND	202	R\$ 89,63	R\$18.105,26
300	TINTA ACRÍLICA CORES VARIADAS 3,6 LITROS CORES VARIADAS, EMBALAGEM LATA COM 3,6 LITROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	UND	128	R\$101,28	R\$12.963,84
301	TINTA ACRÍLICA CORES VARIADAS EMBALAGEM DE 18 LTINTA ACRÍLICA CORES VARIADAS EMBALAGEM DE 18 L	UND	460	R\$197,67	R\$90.928,20
302	TINTA ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO COM SECAGEM EXTRA RÁPIDA COM CORES VARIADAS 3,6 L TINTA ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO COM SECAGEM EXTRA RÁPIDA COM CORES VARIADAS, EMBALAGEM: GALÃO COM 3,6 LITROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, EM CONFORMIDADE COM A NBR VIGENTE.	UND	162	R\$139,38	R\$22.579,56
303	TINTA LÁTEX A BASE DE PVA 18 L (CORES VARIADAS) TINTA LÁTEX A BASE DE PVA 18 L (CORES VARIADAS) PARA PINTURA EXTERNA E INTERNA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDAD, EM CONFORMIDADE COM A NBR VIGENTE.	UND	316	R\$195,66	R\$61.828,56
304	TINTA LÁTEX A BASE DE PVA 3,6 L (CORES VARIADAS) TINTA LÁTEX A BASE DE PVA 3,6 L (CORES VARIADAS) PARA PINTURA EXTERNA E INTERNA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDAD, EM CONFORMIDADE COM A NBR VIGENTE.	UND	68	R\$ 83,63	R\$ 5.686,84
	VALOR TOTAL DO LOTE 05:			R\$ 276.420,76	
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO		R\$ 6.313.950,11 (SEIS MILHÕES, TREZENTOS E TREZE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA MIL E ONZE CENTAVOS)			

3.2. A justificativa para o parcelamento do objeto consta do Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.3. O custo estimado total da contratação é de R\$: \$ 6.313.950,11 (SEIS MILHÕES, TREZENTOS E TREZE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA MIL E ONZE CENTAVOS), conforme pesquisa de preço anexa elaborada através dos parâmetros definidos no Art. 32, incisos I ao IX do Decreto Municipal 068/2023 - consoante o art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 068/2023.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



### 4 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento do objeto será realizado sob o regime de execução indireta, por meio de contratação de empresa especializada.

4.2. A execução do objeto obedecerá à seguinte dinâmica:

a) Local de entrega:

Os materiais poderão ser entregues: no Setor de Compras/Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, localizado nas proximidades da sede da Secretaria, situada na Av. Getúlio Vargas – Centro Administrativo – CEP: 48.880-000 – Santaluz/BA, ou diretamente no local onde estiver sendo executado o serviço, conforme indicação expressa na ordem de fornecimento emitida pela Unidade Solicitante.

Parágrafo único. A CONTRATADA será responsável pelo transporte, descarga e demais procedimentos necessários à entrega, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

b) Dias e horários para entrega:

As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, salvo autorização expressa do setor responsável.

c) Periodicidade e prazo de fornecimento ordinário:

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento pela Unidade Solicitante, devendo a CONTRATADA efetuar a entrega no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

d) Fornecimento em caráter emergencial:

Havendo necessidade devidamente justificada pela Administração, determinados materiais poderão ser solicitados em caráter emergencial, quando sua ausência puder comprometer a continuidade de serviços públicos, a segurança de pessoas, a preservação de bens públicos ou a regularidade das atividades administrativas.

§1º Nessas situações, a CONTRATADA deverá realizar o fornecimento no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da solicitação formal.

§2º As solicitações emergenciais serão devidamente identificadas como “**URGENTE**” ou “**EMERGENCIAL**” na ordem de fornecimento, não eximindo a CONTRATADA do cumprimento das especificações técnicas, padrões de qualidade e demais obrigações contratuais.

4.3. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, apresentando as devidas justificativas, para análise de eventual prorrogação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, ressalvadas as situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior.

4.4. A CONTRATADA será responsável por executar o fornecimento utilizando todos os materiais, equipamentos, mão de obra e meios logísticos necessários à perfeita execução do objeto, em conformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório, contrato e ordens de fornecimento emitidas pela Unidade Solicitante.

### 5 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se especificada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, que notadamente no tópico de “Levantamento de Mercado”, olharam-se quais soluções o mercado oferecia diante da necessidade administrativa e optou-se pela contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para atender as demandas das Secretarias do Município de Santaluz-BA, necessários para a satisfação da Administração – justamente por ser a mais vantajosa para a Administração, e já amplamente experiência por esta unidade demandante.

### 6 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

#### 7. DATA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Homologada a licitação, será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura contratação, denominada Ata de Registro de Preços – ARP.

7.2 Para assinatura da ARP, a adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstrada na habilitação.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora da ata será Secretaria Municipal de Administração.

7.4. O(s) órgão(s) participante da ata serão os seguintes: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, , Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

7.5. A Adjudicatária terá até 05 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.

7.6. O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

7.7. É facultado ao Órgão ou Entidade Gerenciadora convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.

7.8. A ARP terá validade e vigência por 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

7.9. A nota de empenho ou outro instrumento hábil poderá substituir o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

7.10. A ARP será lavrada em 02 (duas) vias.

7.11. A ARP a ser celebrada, conforme Minuta integrante do Edital, conterá, dentre suas cláusulas, as de: o órgão ou a entidade gerenciadora, o detentor, o objeto registrado, o valor total, os órgãos ou as entidades participantes, os preços unitários de mercado e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



registrados, as marcas registradas e os endereços de entrega, as obrigações, as sanções, as condições a serem praticadas e a diferença percentual entre o preço de mercado e o registrado, quando for o caso.

7.12. A ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão não Participante, observada a legislação vigente.

7.13. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ARP.

7.14. As contratações adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

### 8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato e publicação no PNCP, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1. Podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 84, da Lei nº 14.133/2021, "O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso".

8.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 9 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as suas características, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

9.2. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

#### 9.3. Habilitação jurídica:

a) a) No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, salvo quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar;

b) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

g) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971. .

i) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

j) Ou outros meios legítimos de comprovação de existência jurídica da pessoa.

8.3.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 9.3.2. Participação de Consórcios

8.3.2.1. Tratando-se de fornecimento comum com baixa complexidade, julga-se não haver necessidade de participação de licitante na forma de consórcio.

#### 9.4. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



- i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- j) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 9.5. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
- b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

- c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos fornecimentos, objeto desta licitação.
- d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

### 9.6. Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- b.1.) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor
- b.2.) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 9.7. Da subcontratação

- 9.7.1. Não será admitida a subcontratação.

### 9.8. Da garantia da proposta



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



9.8.1. Não será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

### 9.9. Da garantia do contrato

9.9.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. A modalidade da contratação será por meio de **Pregão Eletrônico**, haja vista o objeto ser um **fornecimento comum** e possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Cujo critério de julgamento será **menor preço por lote**.

10.1.1. A contratação via **Pregão Eletrônico**, é a opção da **modalidade licitatória** escolhida e consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, amplia a possibilidade de competição entre empresas do ramo pretendido para a aquisição do bem, que visa à consecução do interesse público.

10.2. O julgamento da proposta deverá ser do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

## 11 – MODELOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 068/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução decorrente desta contratação será acompanhada e **fiscalizada** pelos **servidores**:

**Max Alexandre Ferreira Ribeiro**, portaria Nº 049/2026 das Secretarias de Administração; Controladoria Geral do Município; Gabinete do Prefeito e Procuradoria Geral Município.

**Luciano Pedreira Duarte Filho**, portaria Nº 049/2026 da Secretaria de Assistência Social;

**Lucas Santos Oliveira**, portaria Nº 050/2026 da Secretaria de Educação;

**Sidiclei Oliveira Dos Santos**, portaria Nº 049/2026, da Secretaria de Saúde;

**Uendel Rafael Do Vale Bandeira**, portaria Nº 049/2026, Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e Serviços Públicos;

**Franklin De Jesus Sena**, portaria Nº 049/2026, Secretaria de Infraestrutura; dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado permitido a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

11.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.8. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.9. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.14. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.15. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

11.16. O(s) **gestor (es) do contrato**, serão os **servidores**:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



**Murilo Gabriel Reis de Almeida**, portaria Nº 047/2026, das Secretarias de Administração, Agricultura e Meio Ambiente, Serviços Públicos, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, Indústria, Mineração e Comércio, Secretaria de Trânsito e Transporte, Gabinete do Prefeito e Procuradoria Geral do Município.

**Camila de Jesus Pereira**, portaria Nº 048/2026 de 16 de janeiro, da Secretaria de Educação;

**Ludmila Santos Oliveira**, portaria Nº 047/2026, da Secretaria de Assistência Social;

**Maicon da Silva Nascimento**, portaria Nº 047/2026, da Secretaria de Saúde;

**Antônio Carlos Mansani Da Silva Nascimento**, portaria Nº 047/2026, Secretaria de Infraestrutura; com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

11.16.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

11.16.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

11.16.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

11.16.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

11.16.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

11.16.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens;

11.17. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

11.18. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

### 12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento do objeto, decorrente da referida contratação, se dará:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

12.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 13. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

#### LIQUIDAÇÃO

13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.3.1. o prazo de validade;

13.3.2. a data da emissão;

13.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

13.3.5. o valor a pagar; e

13.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



13.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### Prazo de pagamento

13.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

### Forma de pagamento

13.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

13.13.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.13.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.13.2.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 14 – DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

### 14.1. Das obrigações do Órgão ou da Entidade Gerenciadora

14.1.1. Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do Registro de Preços (RP), em especial:

14.1.1.1 - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

14.1.1.2 - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: a) os quantitativos considerados ínfimos; b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações; 14.1.1.3 - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação; 14.1.1.4

- realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

14.1.1.5 - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

14.1.1.6 - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

14.1.1.7 - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto nesta seção;

14.1.1.8 - gerenciar a ata de registro de preços;

14.1.1.9 - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

14.1.1.10 - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

14.1.1.11 - verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto nesta seção e indeferir os pedidos que não o atendam;

14.1.1.12 - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

14.1.1.13 - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

14.1.1.14 - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto de 90 dias para o órgão ou a entidade não participante efetivar a aquisição ou a contratação solicitada

14.1.1.15. Os procedimentos de que tratam os itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4 serão efetivados anteriormente à elaboração do edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



14.1.1.16. O órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os itens 14.1.1.4 e 14.1.1.7.

14.1.1.17. O exame e a aprovação das minutas do edital, serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora.

14.1.1.18. O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o item 14.1.1.3. **14.2. Das obrigações dos Órgãos Participantes**, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

14.2.1 - registrar no RP sua intenção de

participar do registro de preços, acompanhada:

- a) das especificações do item ou do termo de referência adequado ao registro de preços do qual pretende participar;
- b) da estimativa de consumo; e
- c) do local de entrega;

14.2.2 - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

14.2.3 - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o item 14.2.1 e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

14.2.4 - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório;

14.2.5 - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4;

14.2.6 - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

14.2.7 - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

14.2.8 - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

14.2.9 - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora; e

14.2.10 - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

### 14.3. Das obrigações do fornecedor

14.3.1 Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes. 14.3.2. Atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil. 14.3.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

14.3.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s)

vigente(s) publicado(s) no sítio eletrônico oficial pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

14.3.5.

Realizar o(s) fornecimento(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.

14.3.6. Garantir a boa qualidade do objeto contratado, respondendo por

qualquer deterioração, readequando-o sempre que for o caso.

14.3.7 O

fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento desta ARP.

14.3.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.

14.3.9. Entregar, o(s) laudo(s) de análise do(s) produto(s), quando necessário e exigido pela Administração, durante a execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável. 14.3.10. Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão ou Entidade Gerenciadora ou Órgão Participante, quando solicitadas.

14.3.11. Comunicar ao Órgão ou Entidade Gerenciadora toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

14.3.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

14.3.13. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

14.3.14. Arcar com todas as despesas

pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

14.3.15. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão ou Entidade Gerenciadora ou a terceiros, por sua culpa ou dolo,

decorrentes da execução desta ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizado ou acompanhado por parte do Órgão ou Entidade Gerenciadora e Órgãos Participantes.

14.3.16.

Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

### 15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA. SE FORMALIZAR TERMO DE CONTRATO.

15.1. A CONTRATADA obriga-se a:

15.1.1. A efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

15.1.3. O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

15.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;

15.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

15.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

15.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.1.11. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **16 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE. SE FORMALIZAR TERMO DE CONTRATO**

16.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

16.1.1. Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital;

16.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

16.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

16.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

16.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **17 – DA GARANTIA DO PRODUTO.**

17.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

17.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

17.4. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

17.5. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

17.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

17.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17.8. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto;

17.9. A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos, constando a descrição do problema.

## **18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. O Município de Santaluz/BA reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 068/2023.

18.3. Fica eleito o foro da Comarca de Santaluz/BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA**

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



Santaluz- BA, 10 de fevereiro de 2026.

---

**Joilson Garcia da Mota**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**  
Portaria nº 008/2026

---

**Marli Nunes Lima**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
Portaria nº 005/2026



**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026</b>		
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>TELEFONE:</b>		<b>EMAIL:</b>
<b>BANCO (NOME/Nº)</b>	<b>AGÊNCIA Nº:</b>	<b>CONTA CORRENTE Nº:</b>
<b>VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:</b>		

ITEM	LOTE 1	UND.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						
5						

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

**OBS:** Nos termos da cláusula instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.





**ANEXO III**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA  
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 007/2026  
(Processo Administrativo nº 024/2026)**

**ATA Nº XXX/2026**

O **Município de Santaluz/BA**, com sede na Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo, Cep: 48.880-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.807.870/0001-19, NESTE Ato representada pelo(a) Prefeito(a), Sr(a). **Arismário Barbosa Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 016.549.665-76 e portador do RG nº 1148395733 SSP/BA, acompanhado pelo(a) Secretário Municipal de Serviços Públicos, Sr. **Rosalvo Pereira dos Santos Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, nomeado(a) pela Portaria Municipal nº 004/2026, publicado no DOM de 02/01/2026, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **Registro de Preços nº 007/2026, Processo Administrativo nº 024/2026**, RESOLVE registrar os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 68/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO:**

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTALUZ-BA, especificado(s) na planilha descritiva do Termo de Referência (Anexo I) do edital de **Pregão Eletrônico nº 007/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:  
**(Planilha)**

**3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



#### 4. VALIDADE DA ATA:

4.1. O prazo de vigência da contratação será 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato e publicação no PNCP, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação..

#### 5. REVISÃO E CANCELAMENTO:

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

#### 6. DAS PENALIDADES:

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer descumprimento do fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### 7. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

#### 8. CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santaluz/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA**

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)

---



---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA**  
**ARISMÁRIO BARBOSA JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**ROSALVO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR.**  
**Secretário Municipal de Serviços Públicos.**  
**Portaria Municipal nº 004 de 02/01/2026**

---

**EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)**



**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA  
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 007/2026  
(Processo Administrativo nº 024/2026)**

Termo de Contrato de fornecimento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE SANTALUZ/BA**, e a Empresa **XXXXXXXXXX**.

**CONTRATO Nº XXXX/2026**

O **Município de Santaluz/BA**, com sede na Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo, Cep: 48.880-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.807.870/0001-19, NESTE Ato representada pelo(a) Prefeito(a), Sr(a). **Arismário Barbosa Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 016.549.665-76 e portador do RG nº 1148395733 SSP/BA, acompanhado pelo(a) Secretário Municipal de Serviços Públicos, Sr. **Rosalvo Pereira dos Santos Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, nomeado(a) pela Portaria Municipal nº 004/2026, publicado no DOM de 02/01/2026, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **Registro de Preços nº 007/2026, Processo Administrativo nº 024/2026**, RESOLVE registrar os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 68/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTALUZ-BA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, à proposta vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados; independentemente de transcrição.

**1.3.** Tabela da prestação do serviço:

**Planilha:**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 92, IV):**

**3.1.** O regime de execução dos serviços a serem executados pelo CONTRATADO, os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 068/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**5.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**5.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**5.6.** A execução decorrente desta contratação, será acompanhada e **fiscalizada** pelos **servidores**:

**Max Alexandre Ferreira Ribeiro**, portaria Nº 140/2026 da Secretaria de Administração;  
**Geysilene Rodrigues de Souza**, portaria Nº 140/2026 da Secretaria de Administração;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



**Luciano Pedreira Duarte Filho**, portaria Nº 065/2026 da Secretaria de Assistência Social;

**Herivelto da Silva Lima**, portaria Nº 060/2026, da Secretaria de Educação;

**Sidiclei Oliveira Dos Santos**, portaria Nº 095/2026, da Secretaria de Saúde;

dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

**5.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**5.8.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**5.9.** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**5.10.** Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**5.11.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**5.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**5.13.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**5.14.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**5.15.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**5.15.1.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

**5.16.** O gestor do contrato, serão os servidores:

**Murilo Gabriel Reis de Almeida**, portaria Nº 099/2026, da Secretaria de Administração;

**Reuben Benet Santos Silva**, portaria Nº 059/2026, da Secretaria de Educação;

**Ludmila Santos Oliveira**, portaria Nº 064/2026, da Secretaria de Assistência Social;

**Camilla de Jesus Pereira**, portaria Nº 093/2026, da Secretaria de Saúde;

com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

**5.16.1.** Analisar a documentação que antecede o pagamento;

**5.16.2.** Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

**5.16.3.** Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

**5.16.4.** Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

**5.16.5.** Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

**5.16.6.** Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens;

**5.17.** O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

**5.18.** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:

**6.1.** O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação).

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

**7.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.1.1.** não produzir os resultados acordados,

**7.1.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.1.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



### DO RECEBIMENTO:

**7.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo

**7.2.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.2.2.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.3.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.3.1.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.3.2.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.

**7.3.3.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.4.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.5.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.5.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

**7.5.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.5.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.5.4.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos ou outro indicado para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.7.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### DA LIQUIDAÇÃO:

**7.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.11.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**7.12.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.13.** A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.14.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



**7.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **DO PRAZO DE PAGAMENTO:**

**7.18.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

### **DA FORMA DE PAGAMENTO:**

**7.19.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.21.1.** Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

**7.21.2.** Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

**7.22.3.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

**7.21.3.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.22.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**8.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**8.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**8.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**8.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **9. CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**9.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

**9.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO:**

**10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV)**

a) Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.2. Constituem obrigações da CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII):**

- a) A efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- f) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII):**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
  - (1) moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato;
  - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**12.12.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

**13.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**13.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**13.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**13.4.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES:**

**14.1.** É vedado ao CONTRATADO:

**14.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**14.1.2.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, **segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Santaluz/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)



**18.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Santaluz/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA  
REPRESENTANTE – ARISMÁRIO BARBOSA JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ROSALVO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR.  
Secretário Municipal de Serviços Públicos.  
Portaria Municipal nº 004 de 02/01/2026

\_\_\_\_\_  
EMPRESA:  
REPRESENTANTE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

Av. Getúlio Vargas - Centro Administrativo Cep: 48.880-000 - Santaluz-BA.

Telefone: 75 3265-2843 [www.santaluz.ba.gov.br](http://www.santaluz.ba.gov.br)

---





**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_ (CNPJ Nº), sediada no (a) \_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado. Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada. Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_ (CNPJ Nº), sediada no (a) \_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 007/2026**, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA, marcado para às **09:00** horas do dia **XX/XX/2026**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**ANEXO VIII**

**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

**Sim ( )**

**Não ( )**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).





**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**  
(art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2026**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026**

**TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).